

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



4.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1097

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações (Reunião Pública da Câmara realizada em 25 de fevereiro de 2015)

- Moção n.º 3/2015 (Subscrita pelos Vereadores do PCP)

- Manifestou a oposição ao processo de privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), nos termos da moção [pág. 240 (14)]

- Moção n.º 4/2015 (Subscrita pelos Vereadores do CDS/PP) - Aprovou a obrigação da expressa indicação dos montantes das isenções/reduções nas propostas de deliberação, nos termos da moção [pág. 240 (15)]

- Moção n.º 5/2015 (Subscrita pelos Vereadores do CDS/PP) - Aprovou determinar ao Departamento Jurídico da Secretaria-Geral a emissão de parecer jurídico sobre a Proposta n.º 54/2015, nos termos da moção [pág. 240 (15)]

- Voto de Saudação n.º 2/2015 (Subscrito pelos Vereadores João Ferreira e João Afonso) - Saudaram o 132.º aniversário da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, nos termos do voto de saudação [pág. 240 (15)]

- Voto de Pesar n.º 4/2015 (Subscrito pela Vereadora Catarina Vaz Pinto) - Aprovou o voto de pesar pelo falecimento da autora Luísa Dacosta, pseudónimo de Maria Luísa Saraiva Pinto dos Santos, nos termos do voto de pesar [pág. 240 (16)]

- Proposta n.º 95/2015 (Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado) - Aprovou determinar a abertura de um período de discussão pública da proposta de revogação do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, nos termos da proposta [pág. 240 (16)]

- Proposta n.º 96/2015 (Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro) - Aprovou o início do procedimento de revisão do regulamento de horários da cidade de Lisboa, nos termos da proposta [pág. 240 (18)]

-Proposta n.º 97/2015 (Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado) - Aprovou e deferiu o projeto de alterações durante a execução da obra, para o prédio sito na Rua Rosa Araújo, 4/10, freguesia de Santo António, que constitui o processo n.º 7/EDI/2015, nos termos da proposta [pág. 240 (19)]

-Proposta n.º 98/2015 (Subscrita pelo Sr. Presidente) - Aprovou a designação do Conselho Municipal da Medalha, nos termos da proposta [pág. 240 (20)]

-Proposta n.º 99/2015 (Subscrita pelos Vereadores Manuel Salgado, Catarina Vaz Pinto e Graça Fonseca) - Aprovou o Programa «Lojas com História» e a constituição do respetivo Grupo de Trabalho, nos termos da proposta [pág. 240 (20)]

-Proposta n.º 100/2015 (Subscrita pelos Vereadores Paula Marques e João Afonso) - Aprovou a cedência de espaço municipal não habitacional à «Associação Portuguesa dos Doentes da Próstata», no âmbito do RAAML, nos termos da proposta [pág. 240 (21)]

-Proposta n.º 101/2015 (Subscrita pelos Vereadores Paula Marques e Jorge Máximo) - Aprovou a cedência de espaço municipal não habitacional ao «Rancho Tradicional de Cinfães», no âmbito do RAAML, nos termos da proposta [pág. 240 (24)]

-Proposta n.º 102/2015 (Subscrita pelos Vereadores Paula Marques e João Afonso) - Aprovou a cedência de 2 espaços municipais não habitacionais à «ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento», no âmbito do RAAML, nos termos da proposta [pág. 240 (26)]

-Proposta n.º 104/2015 (Subscrita pelo Vereador João Afonso) - Aprovou a transferência para a Fundação Liga, ao abrigo do Programa Casa Aberta, nos termos da proposta [pág. 240 (31)]

-Proposta n.º 105/2015 (Subscrita pelo Vereador João Afonso) - Atribuiu o Apoio Financeiro Excecional à Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social no âmbito do FES - Vertente IPSS, nos termos da proposta [pág. 240 (32)]

-Proposta n.º 106/2015 (Subscrita pelas Vereadoras Catarina Vaz Pinto e Graça Fonseca) - Aprovou cometer à EGEAC, na medida dos patrocínios que esta venha a obter, a participação, em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, na realização do evento «Casamentos de Santo António», desde já, nas suas edições de 2015 e 2016, bem como a promoção de todas as iniciativas necessárias à concretização e divulgação do mesmo, nos termos da proposta [pág. 240 (33)]

-Proposta n.º 107/2015 (Subscrita pelo Vereador Fernando Medina) - Aprovou a 2.ª alteração ao Orçamento 2015 do Município de Lisboa, nos termos da proposta [pág. 240 (34)]

-Proposta n.º 108/2015 (Subscrita pelo Sr. Presidente) - Aprovou mandar o representante do Município na Assembleia Geral da EMEL para determinar a cessação de funções do Presidente do Conselho de Administração da EMEL e designar o novo Presidente desse órgão, nos termos da proposta [pág. 240 (99)]

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações

Reunião Pública de Câmara realizada em 25 de fevereiro de 2015

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 25 de fevereiro de 2015, deliberou aprovar as seguintes moções, voto de saudação, voto de pesar e propostas, que lhe foram presentes e que tomaram a forma de Deliberações, como se seguem:

-Moção n.º 3/CM/2015 - Subscrita pelos Vereadores do PCP:

Considerando que:

Os serviços de gestão de resíduos urbanos foram, desde 1976 a 1993, uma responsabilidade exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão controlada e assegurada pelas Autarquias Locais e pelos seus órgãos democraticamente eleitos;

Estes serviços inseriam-se, inserem-se e devem continuar a inserir-se num movimento geral de democratização da sociedade portuguesa e no reconhecimento de que o envolvimento dos cidadãos nas questões que lhes dizem respeito contribui para o enriquecimento da democracia;

A adesão dos municípios ao Sistema Multimunicipal Valorsul tinha como pressuposto a manutenção da natureza pública dos bens;

A alienação das participações públicas do Estado na sociedade com a venda da Empresa Geral de Fomento (EGF) ao consórcio SUMA, liderado pelo Grupo Mota Engil, processo sobre o qual a Autoridade da Concorrência recentemente levantou sérias dúvidas, abriu a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas, subvertendo as condições que levaram os municípios a aceitar integrarem os Sistemas Multimunicipais;

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida em 25 de fevereiro de 2015, delibera:

- 1 - Manifestar uma vez mais a sua firme oposição ao processo de privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF);
- 2 - Exortar o Município a prosseguir, por todas as medidas e meios ao seu alcance, a defesa da manutenção na esfera e no domínio público das competências, tratamento e valorização dos resíduos urbanos, enquanto competências estratégicas para os municípios da Valorsul e para o país.

(Aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 3 abstenções.)

- *Moção n.º 4/CM/2015* - Subscrita pelo Vereador João Gonçalves Pereira:

Da obrigação da expressa indicação dos montantes das isenções/reduções nas propostas de deliberação

Considerando os princípios basilares que ordenam a atividade administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, designadamente o princípio da boa-fé, o princípio da legalidade, o princípio da boa administração e o princípio da administração aberta (*vide* os artigos 3.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo);

Considerando que o Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa determina no n.º 6 do artigo 12.º que: «Previamente ao reconhecimento da isenção, devem os Serviços, no respetivo processo, informar fundamentadamente o pedido e proceder à determinação do montante da taxa a que se reporta o pedido de isenção.» e que o Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas determina no n.º 7 do artigo 6.º que: «Previamente ao reconhecimento da isenção ou redução, devem os serviços, no respetivo processo, informar fundamentadamente o pedido e proceder à determinação do montante da taxa a que se reporta o pedido.»;

Considerando que em demasiados casos concretos alguns Vereadores da maioria socialista que governa a Cidade de Lisboa têm vindo a propor isenções/reduções de taxas em reuniões da Câmara Municipal de Lisboa sem que se saiba quais os montantes, ainda que estimados, dessas isenções, porquanto nem do texto dessas propostas nem da documentação anexa consta tal informação;

Considerando que foi esse, designadamente, o caso da Proposta n.º 45/2015 que teve por objeto aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa benefícios fiscais associados (isenções de IMI e de IMT), bem como o caso da Proposta n.º 54/2015, que teve por objeto aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a aceitação da isenção do pagamento da TRIU e da Taxa de Compensação Urbanística;

Considerando que é necessário que exista ponderação, análise crítica, estudo e preparação das propostas de deliberação submetidas à Câmara Municipal de Lisboa por parte de todos os membros deste órgão executivo;

Considerando a importância de se conhecerem todos os custos financeiros associados a cada uma das propostas de deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, mormente nos casos em que está em causa a perda de receitas como tal inscritas no Orçamento Municipal;

Considerando a necessidade de a Câmara Municipal de Lisboa fixar procedimentos transversais a todos os Pelouros;

A Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regimento e pela presente moção, considera que:

Todas as propostas de deliberação constantes da ordem do dia das reuniões da Câmara Municipal de Lisboa que

tenham por objeto isenções e/ou reduções de taxas deverão, para além de cumprir a obrigação geral de conter a respetiva fundamentação legal:

- 1 - Indicar expressamente na sua parte deliberativa os montantes (ainda que estimados) das taxas que deixarão de ser arrecadadas; e
- 2 - Ser acompanhadas de uma informação dos Serviços Municipais de Finanças contendo a fundamentação respetiva e a determinação (ainda que estimada) das preditas taxas.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Moção n.º 5/CM/2015* - Subscrita pelo Vereador João Gonçalves Pereira:

Da emissão de Parecer Jurídico

Considerando que importa sempre salvaguardar a fundamentação técnico-jurídica habilitante de qualquer deliberação tomada pela Câmara Municipal de Lisboa, seja com o propósito de dar exato e pontual cumprimento ao disposto, designadamente no artigo 124.º (Dever de fundamentação) do Código do Procedimento Administrativo, seja para prevenir qualquer espécie de conflitualidade;

Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa foi acusada publicamente em 2015/02/23 pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa de ter aprovado a alínea *b)* da parte deliberativa da Proposta n.º 54/2015, em 11 de fevereiro de 2015, «sem fundamentação legal», alertando para que «se um autarca aprovar um benefício que não tenha enquadramento legal (...) pode incorrer numa pena de crime com sanção penal elevada»;

Considerando as dúvidas que persistem sobre a existência ou não de lei habilitante para a tomada da predita deliberação;

A Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regimento e pela presente moção, considera que:

- Deverá ser determinado ao Departamento Jurídico da Secretaria-Geral a emissão de parecer jurídico sobre a existência ou não de fundamentação legal adequada para a deliberação da Câmara Municipal de Lisboa tomada sobre a alínea *b)* da Proposta n.º 54/2015, de 11 de fevereiro de 2015.

(Aprovada por maioria, com 3 votos a favor e 13 abstenções.)

- *Voto de Saudação n.º 2/CM/2015* - Subscrito pelos Vereadores João Ferreira e João Afonso:

Saudação ao 132.º aniversário da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário

Foi em 13 de fevereiro de 1883, que um grupo de operários tabaqueiros fundou A Voz do Operário, estabelecendo ser objeto da Sociedade sustentar a publicação do seu jornal,

que já existia há mais de três anos, mas em que era necessário constituir uma organização de suporte e criar as condições para que a maioria dos operários o pudesse ler, para assim melhor poder atingir os seus objetivos, constituindo-se num poderoso meio de divulgação da causa operária.

A comemoração do seu aniversário é sempre um ponto marcante na atividade da Instituição. Comemora este mês 132 anos de uma vida plena de sucessos, cumprindo os designios dos seus fundadores, de defesa dos direitos dos trabalhadores, pugnando pela sua dignificação e elevação cultural, nela integrando a homenagem ao Poeta, Ensaísta e Professor Universitário, Manuel Gusmão, personalidade de mérito reconhecido, designadamente na área da Cultura.

Este ano, além de outras iniciativas a Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário celebrará o seu aniversário na Praça Dom Pedro IV (Rossio), em Lisboa, que estará tomada por cerca de 800 crianças dos seus vários estabelecimentos educativos, dando a este espaço uma nova vida por um dia.

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária a 25 de fevereiro, reconhece os serviços prestados à Cidade e aos cidadãos ao longo de toda a sua existência pela Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, em prol da educação, desporto, da cultura e da formação cívica, entre outras áreas. Saudando o seu aniversário e associando-se às suas celebrações.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Voto de Pesar* n.º 4/CM/2015 - Subscrito pela Vereadora Catarina Vaz Pinto:

Luísa Dacosta

Luísa Dacosta, pseudónimo de Maria Luisa Saraiva Pinto dos Santos, nasceu no dia 16 de fevereiro de 1927 em Vila Real de Trás-os-Montes. Formou-se em Lisboa, na Faculdade de Letras, em Histórico-Filosóficas. Foi uma professora empenhada na transmissão da literatura portuguesa e do seu valor junto dos alunos do ensino público a que dedicou uma parte substancial da sua vida e a quem ensinava a permanecerem do lado do sonho. Só se reformaria em 1997, por limite de idade.

Luísa Dacosta iniciou a vida literária em 1955 com a publicação de um conjunto de contos chamado *Província*. A partir de 1972 dedicou-se à escrita de livros infantis e dirigiu algumas coleções nesta área. Traduziu obras de Nathalie Sarraute e Simone de Beauvoir e colaborou regularmente com periódicos e revistas onde exerceu a atividade de crítica literária e de cronista: a *Colóquio/Letras*, *O Comércio do Porto*, o *Jornal de Notícias*, a *Raiz* e *Utopia* e a *Seara Nova* são algumas das publicações de referência.

O registo autobiográfico, a prosa de pendor poético e o gosto pelas histórias de raiz popular sobressaem numa obra que privilegiou sempre as temáticas do quotidiano, da condição feminina e das relações próximas. Enquanto docente

do ensino básico, Luísa Dacosta implicou-se na transmissão do poder da linguagem literária para despertar e transformar sentimentos. Vários dos seus livros integram o Plano Nacional de Leitura recomendado às escolas.

Pelo conjunto da sua obra Luísa Dacosta recebeu, em 1997, o Prémio Literário Vergílio Ferreira, atribuído pela Universidade de Évora. Em 2011, a décima edição da revista *Correntes*, publicação associada ao festival Correntes d'Escritas, na Póvoa de Varzim, promoveu uma homenagem a esta autora que considerava, a respeito de si própria, ser mais conhecida pela atividade docente do que pela de escritora. Entre os seus livros contam-se *Província*, *A Menina Coração de Pássaro*, *Sonhos Na Palma da Mão*, *O Valor Pedagógico da Sessão de Leitura*, *A-Ver-O-Mar* ou *Nos Jardins do Mar*. A autora está representada em diversas antologias.

Assim, na sua reunião pública de 25 de fevereiro de 2015, a Câmara Municipal de Lisboa presta a sua homenagem a esta autora, manifestando o profundo pesar pelo seu falecimento, bem como expressando à sua família as mais sentidas condolências.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Deliberação* n.º 95/CM/2015 (Proposta n.º 95/2015) - Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado:

Assunto: Aprovar determinar a abertura de um período de discussão pública da proposta de revogação do Plano de Urbanização do Vale de Chelas

Pelouro: Vereador Manuel Salgado.

Serviço: DMPRGU/DPRU/DPT.

Considerando que a avaliação de planos é parte integrante do processo de planeamento, e adotando uma conceção dita interativa em que os planos servem de referenciais e enquadramento para tomada de decisões, e não se esgotam na sua elaboração, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação) no seu artigo 144.º incumbe o Município de efetuar a permanente avaliação, integrada na monitorização, da adequação e concretização das opções dos mesmos à realidade que lhes é subjacente.

A nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de ordenamento do território e de urbanismo aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, reforça aquela conceção ao estabelecer a obrigatoriedade de os Planos incluírem parâmetros e indicadores que permitam a monitorização da estratégia, objetivos e resultados da execução. Neste enquadramento foi elaborado o Documento de Monitorização do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, que se apresenta em anexo a esta Proposta.

O Plano de Urbanização do Vale de Chelas (PUVC) aprovado pela Assembleia Municipal em 24 de julho de 1997, tornou-se eficaz através da Declaração n.º 348/98, publicada no «Diário da República», 2.ª Série, n.º 268, de 19 de novembro de 1998.

Em grande medida o PUVC serviu o propósito de erradicar em definitivo os aglomerados de barracas ali existentes através do Programa Especial de Realojamento (PER). A par deste objetivo quis-se implementar a rede viária prevista no Plano Diretor Municipal de 1994, com especial relevo para a Via Central de Chelas que o Plano identifica como a «espinha dorsal» do Plano, pensado como eixo de estruturação e de ligação com as zonas residenciais previstas.

Outro dos objetivos importantes e não alcançado foi a construção de habitação de venda livre, que representava 75 % dos fogos programados e, nessa lógica, o principal motor da concretização do Plano. Dos 3903 fogos planeados para venda livre, concluíram-se aproximadamente 592 fogos, mas no quadro da EPUL Jovem e de habitação a custos controlados, sendo manifesto o desinteresse da iniciativa privada em investir neste território.

Circunstâncias supervenientes como o estabelecimento das medidas preventivas da Terceira Travessia do Tejo (TTT) e a ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) para localização não prevista em sede de Plano, impediram a execução do modelo urbano do Plano.

17 anos representam o distanciamento temporal da aprovação do Plano. No decurso deste criou-se um inevitável desfasamento entre o modelo, conceitos e estratégias que presidiram à sua elaboração e a evolução do modelo urbanístico e princípios subjacentes ao planeamento pensado para a Cidade contemporânea e constantes da sua Carta Estratégica, referencial para o seu desenvolvimento e consignados no PDM de Lisboa.

A transposição para o direito interno de Diretivas comunitárias em matéria de ambiente e urbanismo, conduziu à assunção de abordagens mais sustentáveis do território, subordinadas às características fisiográficas do lugar e às estratégias desenvolvidas face às alterações climáticas, e à requalificação do solo para a área do Plano, em sede de PDM aprovado em 2012 e em vigor, em consonância com uma visão mais sustentada nos elementos constituintes da paisagem. Esta importante realidade acentua a ausência de aptidão construtiva deste território (o PUVC propunha 924 840 m² de área bruta de construção) e evidencia a desadequação do PUVC como instrumento de Planeamento para o desenvolvimento ambicionado para este território da Cidade.

Conclui-se que o Plano enquanto instrumento vinculativo, não foi capaz de ultrapassar as alterações que foram sendo introduzidas ao cenário base do PUVC, decisivas para que há quase uma década, não existam desenvolvimentos urbanísticos significativos e essa ausência contribuiu para a estagnação daquele território.

Da avaliação efetuada resulta o reconhecimento que o modelo constante do PUVC não é passível de ser conciliado com as estratégias gizadas para a cidade, à luz do modelo e conceitos contemporâneos consignados no PDM em vigor, assente, designadamente, nas políticas de mobilidade, do correto dimensionamento dos espaços públicos e da adequada dotação de equipamentos em coerência com os

novos critérios e nomenclaturas, alcançando, desta forma, a adaptação do sistema territorial à conjuntura inerente às dinâmicas de desenvolvimento atuais.

A aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas (Proposta n.º 45/2015), que abrange uma área considerável do PUVC, teve como fundamento a vontade de proceder à salvaguarda dos valores patrimoniais e ambientais em presença e proceder à premente necessidade de estruturar um território fragmentado, promovendo a qualificação urbana através da sustentabilidade ambiental.

No sentido da desadequação do modelo vigente e consignado no PUVC, também o Estudo de Viabilidade do Corredor Verde Oriental - Vale de Chelas, em elaboração, estabelece a necessidade de implementar o corredor verde oriental, que constitui um dos corredores estruturantes da Estrutura Ecológica Municipal, prevendo a sua ligação ao anel ribeirinho. A leitura maturada do território impõe a premência do funcionamento dos sistemas ecológicos e a necessidade de repensar as vocações territoriais. Acresce a necessidade de recorrer à aplicação do PDM de 1994, para algumas zonas do PUVC, tornando-se num exercício desenquadrado da realidade urbanística.

O PDM em vigor já introduz um quadro normativo muito mais densificado e adaptado à realidade deste espaço geográfico, com uma visão mais sustentável e agarrada às vocações territoriais, pelo que se afigura pertinente que passe a constituir a figura de planeamento aplicável àquele território vertido na Planta de Ordenamento do PDM e respetivo Regulamento.

Em consonância com o previsto na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, no n.º 1 do seu artigo 50.º, por ter havido alterações relevantes no contexto urbanístico de base à implementação do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, considera-se oportuno ponderar a sua revogação.

Tendo em atenção o disposto no artigo 74.º, n.º 1 e no n.º 4 do artigo 77.º do RJIGT, e com as devidas adaptações, considera-se proceder à abertura de um período de participação pública com a duração de 22 dias úteis, a anunciar com a antecedência de 5 dias.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

- 1 - Submeter a proposta de revogação do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, elaborada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 50.º da nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, com a consequente aplicabilidade do ordenamento previsto no PDM em vigor, a discussão pública, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º e nos do n.º 4 do artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, com as devidas adaptações;
- 2 - Notificar a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

(Aprovada por maioria, com 12 votos a favor e 3 abstenções.)

- Deliberação n.º 96/CM/2015 (Proposta n.º 96/2015) -
Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro:

Assunto: Aprovar o início do procedimento de revisão do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Concelho de Lisboa e, até à conclusão do referido procedimento, a manutenção em vigor da atual redação e demais despachos proferidos nesta matéria

Pelouro: Estruturas de proximidade - Vereador Duarte Cordeiro.
Serviço: UCT.

O regime de horários da cidade de Lisboa encontra-se atualmente previsto no Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Concelho de Lisboa, aprovado pela Deliberação n.º 87/AM/1997 e publicado no *Boletim Municipal* n.º 191, de 14 de outubro de 1997.

Contudo, em 16 de janeiro último foi publicado, em «Diário da República», o Decreto-Lei n.º 10/2015, que aprova o novo regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.

O diploma em causa, além de estabelecer a disciplina jurídica aplicável aos setores referidos, procede igualmente à alteração do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, e 48/2011, de 1 de abril, que estabelece o regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Em particular, este diploma vem alterar o regime de horário de funcionamento máximo dos vários estabelecimentos, prevendo, em termos genéricos, a possibilidade geral de os estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística e os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos, disporem de horário de funcionamento livre.

Porém, ao longo dos últimos anos, a realidade de Lisboa tem demonstrado que a desregulação total dos horários de funcionamento implica um agudizar de um conjunto de situações de incomodidades, tendo, por isso, sido realizadas, por iniciativa municipal e na sequência de recomendações de várias entidades públicas, designadamente da Provedoria de Justiça, diversas diligências com vista a assegurar uma harmonização entre a vocação comercial e habitacional da cidade. Assim, pelo seu conteúdo, considera-se a presente alteração legislativa terá efeitos inquietantes para a realidade da cidade de Lisboa.

Deste modo, atendo a nova redação do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, bem como a experiência de aplicação do regulamento vigente, o Município iniciou, de imediato, o procedimento de revisão do regulamento em vigor nesta matéria.

Importa, no entanto, assegurar que esta alteração ao regulamento se traduza num processo participado e abrangente que permita soluções compatíveis com o novo regime legal, recolhendo a experiência obtida nos últimos anos e procurando um equilíbrio entre os vários usos urbanísticos existentes na cidade.

Nesse sentido, propõe-se agora, através da presente proposta, um conjunto de princípios que devem orientar a revisão do regulamento em causa.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, é suscetível de causar dúvidas quanto ao regime aplicável a partir da sua entrada em vigor, ou seja, após 1 de março de 2015.

No entanto, considera-se que o regime de horários de funcionamento constante do regulamento específico da cidade de Lisboa e os despachos já proferidos nesta matéria, despachos de alargamento ou de restrição de horários de funcionamento, não são prejudicados pela publicação do Decreto-Lei em causa, mantendo-se plenamente em vigor.

Assim, a fim de garantir segurança jurídica relativamente a esta matéria para todos os habitantes, visitantes e operadores económicos na cidade de Lisboa e tendo presente o disposto na atual redação do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, verifica-se oportuno clarificar que se mantém em vigor os horários previstos no Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Concelho de Lisboa, aprovado pelos órgãos próprios do Município e cuja redação final consta da Deliberação da Assembleia Municipal n.º 87/AM/1997, publicada no *Boletim Municipal* n.º 191, de 14 de outubro de 1997, o que se propõe igualmente através da presente proposta.

Desta forma, no âmbito do período de elaboração e aprovação de revisão do regulamento, é garantida a segurança e proteção da qualidade de vida dos cidadãos pela manutenção em vigor, neste período, de um regime que harmoniza os horários da atividade comercial com o direito ao repouso dos cidadãos.

Em face do exposto e ao abrigo dos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na sua redação atual, conjugados com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- a) O início do procedimento de revisão do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Concelho de Lisboa, com vista à preparação de proposta para ser submetida aos órgãos competentes, e que tenha por base garantir os seguintes princípios:
- a. Assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação das várias forças políticas;
- b. Assegurar a participação de diversas entidades na elaboração da proposta de revisão do regulamento, nomeadamente as juntas de freguesia, as forças de segurança, as associações de empregadores, as associações de consumidores, organizações sindicais, bem como outras entidades públicas, designadamente a Provedoria de Justiça;

- c. Assegurar com rigor o cumprimento, por parte dos estabelecimentos, dos limites impostos à sua atividade, especialmente no que concerne às atividades potencialmente incomodativas dos cidadãos;
- d. Definir áreas onde seja viável permitir horários de funcionamento mais alargados, designadamente em zonas que não disponham de edifícios com uso habitacional e que comprovadamente não tenham impactos nocivos no direito ao descanso dos cidadãos, ex. as zonas ribeirinhas da cidade.

b) Que, até à entrada em vigor da revisão do regime de horários, a ser aprovado na sequência do procedimento previsto no número anterior, reafirme e determine a manutenção em vigor do regime de horários de funcionamento constante do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Concelho de Lisboa, aprovado pela Deliberação n.º 87/AM/1997, e publicado no *Boletim Municipal* n.º 191, de 14 de outubro de 1997, bem como dos demais despachos proferidos ao abrigo do mesmo.

(Aprovada por maioria, com 15 votos a favor e 1 abstenção.)

- *Deliberação* n.º 97/CM/2015 (Proposta n.º 97/2015) - Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado:

Assunto: Aprovar e deferir o projeto de alterações durante a execução da obra, para o prédio sito na Rua Rosa Araújo, 4/10, freguesia de Santo António, que constitui o processo n.º 7/EDI/2015

Pelouro: Urbanismo.

Serviço: DMPRGU/Departamento de Gestão Urbanística.

Considerando que:

1 - Em 2015/01/06, a Eurowindsor - Sociedade Imobiliária, S. A., na qualidade de proprietária, vem requerer a esta Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que vai realizar em obra alterações ao projeto licenciado n.º 613/EDI/2008, que implicam ampliação, nos prédios sitos na Rua Rosa Araújo, 4, 6 e 8/10, descritos na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob os n.º 169, n.º 238 e n.º 502 da freguesia de Santo António, o qual veio a constituir o processo n.º 7/EDI/2015;

2 - O Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) constitui o instrumento de gestão territorial em vigor para o local e enquadra a área de intervenção no Sector A - Avenida da Liberdade e quarteirões definidos pelo Plano de Ressano Garcia com a classificação patrimonial de Bens de Valor Patrimonial de Relevante e Uso Misto;

3 - De acordo com a Planta de Condicionantes e Restrições de Utilidade Pública do PUALZE, o edifício insere-se também em Zona Especial de Proteção do Conjunto dos Imóveis Classificados da Avenida da Liberdade e Área Envolvente;

Zona de Proteção dos Imóveis da Avenida da Liberdade; Imóveis Classificados - Conjunto de Interesse Público e Zona de Intervenção do Aeroporto de Lisboa, se cota máxima absoluta de construção for igual ou superior a 145 m no limite superior;

4 - A proposta diz respeito a alterações durante a execução da obra, decorrentes do levantamento topográfico efetuado durante o Projeto de Execução assim como do desenvolvimento do Projeto de Interiores do hotel sito na Rua Rosa Araújo, 4 a 10;

5 - As alterações propostas, nos termos da Informação n.º 7113/INF/DIVPE/GESTURBE/2015 constante no processo supra referenciado, a fls. 181 a 184, são, nomeadamente, a afetação de parte da área da cobertura a um Bar e esplanada, o que levou à necessidade de subir o volume da caixa dos elevadores um piso e criar um núcleo de instalações sanitárias adjacentes ao mesmo; Alterações em alguns vãos exteriores; Alterações interiores com o aumento de área de construção no piso térreo por via do aproveitamento de um espaço sob a rampa de estacionamento;

6 - A presente operação urbanística incide sobre uma intervenção com impacte relevante, estando a mesma sujeita ao regime de cedências e compensações, por via do aumento de área que propõe;

7 - Através do Processo n.º 897/EDI/2013 os aumentos de área agora propostos foram já aceites em Reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2014, Deliberação n.º 42/2014, mas cujo processo acabou por ser abandonado pelo requerente por via de novas alterações interiores;

8 - Considerando que o aumento da superfície de pavimento (SP) proposto é de 87,10 m², deverão ser cedidos para o domínio municipal 26,13 m² para espaços verdes e de utilização coletiva e equipamentos de utilização coletiva. Tendo em conta a área em causa, a sua localização e o contexto urbano onde se insere, foi dispensada a respetiva cedência com o pagamento da correspondente compensação;

9 - O pedido em causa foi objeto dos seguintes pareceres constantes do respetivo processo:

- Comissão de Apreciação do Turismo de Portugal, que emitiu parecer favorável a fls. 164 a 177;
- Comissão de Apreciação da DGPC, que emitiu parecer de aprovação nos termos da Ata de Reunião n.º 85/ /GESTURBE/2015, a fls. 179 a 180 do p.p..
- RSB, que emitiu parecer favorável a fl. 178 do p.p..

10 - A Proposta mereceu despachos favoráveis do chefe da Divisão de Projetos Estruturantes, diretor do Departamento de Gestão Urbanística, do diretor municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística, exarados na Informação n.º 7113/INF/DIVPE/GESTURBE/2015 a fls. 181 a 183 e Folha de Controlo Final para Deferimento do Pedido de Edificação a fls. 188 e 189, do processo n.º 7/EDI/2015.

Tenho a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa:

-A aprovação e deferimento do projeto de alterações, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, de acordo com os pareceres, informações e despachos referenciados na presente proposta, para cujo conteúdo se remete.

(Aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 2 votos contra.)

Nota: Os documentos referidos na proposta encontram-se arquivados junto à Ata.

- *Deliberação n.º 98/CM/2015* (Proposta n.º 98/2015) - Subscrita pelo Sr. Presidente:

Aprovar a designação do Conselho da Medalha Municipal

Através da Proposta n.º 732/CM/2014, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1087, foi aprovado o novo Regulamento Municipal da Medalha.

Esse regulamento prevê a existência do Conselho da Medalha Municipal de Lisboa, que é o órgão consultivo da Câmara para efeitos de atribuição das Medalhas Municipais de Honra e de Mérito, e ao qual compete receber as propostas de atribuição de Medalhas e emitir parecer prévio fundamentado, bem como pronunciar-se sobre a perda do direito ao uso de Medalha (artigo 3.º).

O Conselho da Medalha Municipal de Lisboa é composto por um Presidente e um a três vogais com reconhecidas ligações à cidade de Lisboa.

Além dos elementos referidos, um Vereador, em representação do Executivo Municipal, terá assento por inerência no Conselho da Medalha Municipal de Lisboa.

Nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do mesmo Regulamento, «os membros do Conselho da Medalha Municipal são nomeados pela Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara para um mandato de quatro anos, coincidente com cada mandato autárquico».

Importa proceder à designação dos elementos do Conselho da Medalha Municipal, por forma a assegurar a operacionalização da atribuição das Medalhas Municipais de Honra e de Mérito.

Assim, em face do exposto, e ao abrigo dos preceitos regulamentares supra citados, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar a seguinte composição do Conselho da Medalha Municipal de Lisboa:

- a) Pedro José Del-Negro Feist, na qualidade de Presidente;
- b) António Manuel Seixas Sampaio da Nóvoa, na qualidade de vogal;

- c) Maria Manuela Guerra Lima Cortez e Almeida (Manuela Maria), na qualidade de vogal;
- d) Graça Fonseca, Vereadora em representação da Câmara Municipal de Lisboa.

(Aprovada por escrutínio secreto, com 14 votos a favor, 1 abstenção e 2 votos contra.)

- *Deliberação n.º 99/CM/2015* (Proposta n.º 99/2015) - Subscrita pelos Vereadores Manuel Salgado, Catarina Vaz Pinto e Graça Fonseca:

Aprovar o Programa «Lojas Com História» e a constituição do respetivo Grupo de Trabalho, nos termos da proposta

Pelouros: Economia e Inovação, Urbanismo e Cultura.

Serviços: Direção Municipal de Economia e Inovação, Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística e Direção Municipal de Cultura.

Num mundo global e altamente competitivo, cada cidade e cada região tem que se afirmar, necessariamente, pela diferença, pelo que a torna especial. É essa diferença que a torna mais atrativa para quem tem que escolher um destino de férias, de estudo, de trabalho, de investimento ou para qualquer outro objetivo.

O comércio de uma cidade pode, e deve, ser um dos elementos distintivos e diferenciadores entre cidades. O comércio teve, sempre, ao longo da História, um papel muito relevante na cidade de Lisboa. E o comércio continua a ter um lugar muito relevante na vida económica, social e cultural da cidade.

Posicionar o comércio como marca diferenciadora de cidade e, simultaneamente, atividade económica geradora de emprego, exige a articulação de diferentes e complementares medidas, no âmbito de uma estratégia que ligue três áreas de atividade municipal: planeamento urbano e elementos arquitetónicos, património cultural e atividades económicas.

Assim, impõe-se uma estreita articulação entre as três áreas acima referidas e uma visão de conjunto relativamente às mesmas, nomeadamente através da criação de um Grupo de Trabalho, a funcionar na dependência direta da Vereadora do Pelouro da Economia e Inovação e em articulação com os Vereadores da Cultura e do Urbanismo, tendo por missão proceder aos seguintes trabalhos:

- 1 - Caracterização, mapeamento e definição de critérios para uma classificação de «Lojas Com História» da cidade de Lisboa, de acordo com elementos urbanísticos, culturais e económicos, incluindo as oficinas (dentro e fora das lojas) existentes na cidade que trabalhem artes e ofícios ligados ao comércio de manufatura ou que, não estando ligadas ao comércio, tenham potencial para fazer parte deste projeto e desenvolver a sua atividade;
- 2 - Levantamento de todas as «Lojas Com História» existentes em Lisboa, nos termos dos critérios mencionados no número anterior;

3 - Desenhar e aplicar uma marca ativa e identitária de comércio da cidade de Lisboa - «Lojas Com História» - a partir da qual diversos conteúdos devem ser produzidos, nomeadamente um guia de «Lojas Com História» de Lisboa, atividades conjuntas das lojas, coleções de produtos, prémios, bem como a preparação de proposta de atribuição de um conjunto de benefícios associados, a submeter oportunamente aos órgãos municipais competentes.

O objetivo a alcançar com as atividades do Grupo de Trabalho consiste, fundamentalmente, no apoio e promoção do comércio tradicional local como marca diferenciadora da cidade, através de medidas geradoras de novos modelos de negócio e mais emprego, garantindo a continuação renovada de um setor com enorme valor patrimonial, cultural e económico, sob o mote «Preservar inovando».

Em face da transversalidade e complexidade do trabalho a desenvolver, integrarão o Grupo de Trabalho, na medida considerada necessária para a execução dos trabalhos e concretização dos objetivos do Programa:

- a) Elementos da Direção Municipal de Economia e Inovação e/ou das respetivas Unidades Orgânicas, a designar pela Vereadora com o Pelouro da Economia e Inovação;
- b) Elementos da Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística e/ou das respetivas Unidades Orgânicas, a designar pelo Vereador com o Pelouro do Urbanismo;
- c) Elementos da Direção Municipal de Cultura e/ou das respetivas Unidades Orgânicas, a designar pela Vereadora com o Pelouro da Cultura;
- d) Outros elementos cujo contributo seja considerado necessário, a mobilizar para o efeito.

Os trabalhos desenvolvidos pelos elementos do Grupo de Trabalho devem ser considerados no âmbito da respetiva avaliação de desempenho.

Assim, ao abrigo do disposto nas alíneas *t)* e *fff)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, temos a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar o Programa «Lojas Com História» e a constituição do respetivo Grupo de Trabalho, nos termos da presente proposta.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Deliberação n.º 100/CM/2015* (Proposta n.º 100/2015) - Subscrita pelos Vereadores Paula Marques e João Afonso:

Cedência de espaço municipal à Associação Portuguesa de Doentes da Próstata

Pelouros: Habitação e Desenvolvimento Local e Direitos Sociais.
Serviço: DMHDS.

Considerandos:

1 - A Associação Portuguesa de Doentes da Próstata (ADPPróstata), solicitou à CML o espaço não habitacional, sito na Praça Mota Veiga, lote O, subcave esquerda - Olivais Velho, para sede da Associação com vista a promover junto

dos doentes da próstata em geral e dos portadores de cancro em particular, o apoio de informação e o devido aconselhamento moral e psicológico. O pedido foi instruído ao abrigo do RAAML - Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa;

2 - A ADPPróstata, tem estatuto de Instituto de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, com âmbito nacional e segundo os seus estatutos tem por objeto o apoio social aos doentes da próstata, desenvolvendo ações de divulgação/informação sobre as doenças da próstata;

3 - Atualmente a Associação tem 214 associados efetivos mas apenas 121 são ativos. Estes associados, são quase todos doentes na maioria com mais de 60 anos e oriundos de todo o país, com exceção das ilhas;

4 - A Associação Portuguesa de Doentes da Próstata faz parte da Plataforma Saúde em Diálogo e da Organização Europa Uomo que representa a nível europeu os doentes da próstata. Segundo o Relatório de Atividades de 2013 e 2014 a IPSS participou em debates, seminários e outras sessões organizadas por diversas entidades, nomeadamente a Ordem dos Médicos, Associação Portuguesa de Urologia, IPO Lisboa, entre outras. Tem participado, em colaboração com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, em campanhas de sensibilização, e conjuntamente com outros organismos, nomeadamente autarquias, tem promovido sessões de esclarecimento sobre a doença e participado em Feiras de Saúde e programas de televisão (CMTV) para divulgação das doenças da próstata;

5 - O pedido de espaço foi objeto de análise social por parte da Divisão de Ação Social e Saúde (DASS) da DMHDS, que se pronunciou favoravelmente à atribuição de espaço (INF/35/DMHDS/DDS/DASS/15);

6 - O preço a pagar pela cedência precária do espaço não habitacional proposto, foi calculado de acordo com o Regulamento do Património e com a Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais - TPORM 2013 (Deliberação n.º 860/CM/2012, publicada no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 983, de 2012/12/20), em função da localização e do estado de conservação, aplicando-se um desconto de 95 % previsto no ponto 7.2.2 do Anexo I da TPORM 2013, dado o uso social a que o espaço se destina;

7 - O espaço com 45,60 m² de área útil, está classificado em localização «Periférica» e estado de conservação «Regular», que de acordo com a TPORM de 2013 corresponde ao escalão C, o que confere um preço por m² de 10,73 euros, por se tratar de um espaço não habitacional localizado em Bairro Municipal não classificado como BIP/ZIP, donde resulta um valor mensal de 489,29 euros/mês, ao qual, aplicando o desconto de 95 % previsto no ponto 7.2.2 do Anexo I da TPORM 2013, se obtém o valor de 24,46 euros mensais, no entanto, a Associação irá pagar 29,30 euros uma vez que, se trata do valor mínimo cobrado em bairros não classificados BIP/ZIP;

8 - De acordo com a fórmula da Deliberação n.º 252/CM/2012, tomada na Reunião de Câmara realizada em 26 de abril de 2012, e publicada no *Boletim Municipal* de 3 de maio de 2012, a estimativa do apoio não financeiro pela cedência deste espaço é de 33 119,28 euros;

9 - Essa fórmula resulta da diferença entre o valor máximo e o valor que efetivamente vai ser cobrado, com os descontos resultantes do uso social, tendo em conta um período de referência de 6 anos;

10 - Para o cálculo da estimativa dos encargos de atribuição de Espaços Não Habitacionais (ENH) municipais, seguiu-se a fórmula da Deliberação n.º 252/CM/2012:

$$E = V_{\max} - V_{\text{cob}}$$

Sendo:

«E» - Valor da estimativa dos encargos a apurar;

«V_{max}» - o preço que seria pago pela cedência ao longo de 6 anos, ao abrigo da TPORM de 2013 (em vigor no 1.º ano), tendo em conta a localização do espaço a ceder e respetiva área total, e sem quaisquer descontos;

«V_{cob}» - o valor que efetivamente irá ser pago ao longo dos 6 anos, pela cedência da mesma área, ao abrigo da TPORM de 2013 (em vigor no 1.º ano), e tendo em conta os descontos aplicáveis;

$$\begin{aligned} V_{\max} &= (489,29 \text{ euros/mês} \times 12 \text{ meses} \times 6 \text{ anos}) = 35\,228,88 \text{ euros;} \\ V_{\text{cob}} &= (29,30 \text{ euros/mês} \times 12 \text{ meses} \times 6 \text{ anos}) = 2\,109,60 \text{ euros;} \\ E &= 35\,228,88 \text{ euros} - 2\,109,60 \text{ euros} = 33\,119,28 \text{ euros.} \end{aligned}$$

O valor da estimativa dos encargos com a atribuição deste espaço não habitacional, foi apurado em 33 119,28 euros.

11 - O apoio estimado concedido é superior a 10 000 euros, pelo que a atribuição do espaço deverá ser submetida a deliberação municipal.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar a cedência do espaço municipal, sito na Praça Mota Veiga, lote O, subcave esquerda - Olivais Velho, à Associação Portuguesa de Doentes da Próstata, nos termos do Protocolo de Cedência precária, cuja minuta se anexa e faz parte integrante desta Proposta.

Anexo - Minuta do Protocolo.

(Aprovada por unanimidade.)

Protocolo de cedência de espaço municipal sito em Praça Mota Veiga, lote O, subcave esquerda - Olivais Velho

Entre:

O Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, com sede na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designada por CML e aqui representado pela Vereadora do Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local, Dr.ª Paula Marques, com competências delegadas e subdelegadas, publicadas no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 2013/11/14 - Despacho n.º 79/P/2013, na qualidade de Primeira Outorgante,

e

A Associação Portuguesa de Doentes da Próstata, pessoa coletiva n.º 506463576, com sede na Rua Cidade do Lobito, lote 273, r/c esquerdo, em Lisboa, representada pelo Presidente da Direção, Joaquim Alberto Couceiro da Cruz Domingos, portador do B.I n.º 20406, válido até 2018/09/09, e pelo Vice-presidente da Direção, Luís Manuel da Costa Corte Real, portador do Cartão de Cidadão n.º 02060192, válido até 2015/10/28, na qualidade de Segunda Outorgante.

Celebram o presente Protocolo de cedência de espaço municipal, que se rege pelas Cláusulas a seguir exaradas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

A CML cede à Segunda Outorgante, o espaço municipal sito em Praça Mota Veiga, lote O, subcave esquerda - Olivais Velho, no estado em que se encontra.

Cláusula Segunda

(Regime aplicável)

A cedência é feita a título precário nos termos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, podendo cessar a qualquer momento ao abrigo do disposto no artigo 140.º, 1.ª parte do n.º 1, do referido Código, não ficando, assim, em caso algum, sujeita às leis reguladoras do contrato de locação.

Cláusula Terceira

(Fim)

O espaço referido destina-se exclusivamente para sede da Associação com vista a promover junto dos doentes da próstata em geral e dos portadores de cancro em particular, apoio e aconselhamento moral e psicológico.

Cláusula Quarta

(Preço da ocupação)

1 - O preço mensal especial é de 29,30 euros (vinte e nove euros e trinta centimos) a pagar no primeiro dia útil de cada mês ou nos oito dias seguintes.

2 - O preço referido será atualizado anualmente de acordo com o coeficiente fixado pelo Instituto Nacional de Estatística para a atualização de imobiliários não habitacionais.

Cláusula Quinta

(Obras)

1 - A Segunda Outorgante deverá manter o espaço mencionado na Cláusula Primeira em perfeito estado de asseio, conservação e segurança.

2 - Qualquer projeto de alterações urbanísticas tem que ser submetido a autorização da C.M.L. pela Segunda Outorgante, considerando-se de iniciativa municipal e isento de taxas previstas no «Regulamento Municipal de Taxas relacionadas com Atividade Urbanística e Operações Conexas», nos termos do disposto no seu artigo 6.º, devendo o requerimento para reconhecimento das isenções, ser acompanhado do Protocolo de Cedência de Espaço Municipal.

3 - Quaisquer obras de conservação ou beneficiação serão sempre executadas por conta da Segunda Outorgante e carecem de autorização prévia da CML, independentemente da observância das disposições legais aplicáveis, incluindo as obras necessárias de adaptação do espaço ao fim estabelecido no presente Protocolo, bem como qualquer alteração/instalação das redes internas.

4 - Finda a ocupação, a Segunda Outorgante não terá direito a qualquer indemnização ou compensação nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado.

Cláusula Sexta

(Cedência)

Em caso algum a CML autoriza a cedência a terceiros, por qualquer forma ou título, e mesmo que parcial, do espaço descrito na Cláusula Primeira.

Cláusula Sétima

(Outras obrigações da Segunda Outorgante)

1 - A Segunda Outorgante compromete-se a avisar a CML sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ameaça o espaço ou que terceiros se arrogam direitos sobre ele.

2 - E obriga-se a impedir a ocupação por terceiros de todo ou parte do espaço e responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que a CML vier a sofrer.

3 - A Segunda Outorgante responsabiliza-se pelo pagamento das despesas correntes, como água, eletricidade, gás e telefone, etc., atinentes à utilização do espaço municipal que é objeto deste Protocolo.

4 - A Segunda Outorgante obriga-se à entrega anual, até final do mês de março, do relatório de atividades do ano anterior, junto da CML/DMHDS/DPH.

Cláusula Oitava

(Caducidade)

1 - A Segunda Outorgante obriga-se a pôr em funcionamento as instalações no prazo de seis meses a partir da data da entrega das chaves sob pena de caducar a cedência titulada por este Protocolo, a menos que apresente justificação fundamentada e aceite pela CML.

2 - A ocupação precária não deverá ultrapassar o prazo de seis anos; neste caso, a tolerância precária caduca e o interessado deverá apresentar novo pedido, sendo revista a situação e conferida nova autorização, caso também corresponda ao interesse municipal.

Cláusula Nona

(Incumprimento)

1 - O incumprimento de qualquer das obrigações constantes do clausulado anterior confere à CML o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação do espaço cedido.

2 - O encerramento ou não utilização das instalações para os fins próprios, por período igual ou superior a 180 dias, sem justificação fundamentada e aceite pela CML confere, também, a esta o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação.

Cláusula Décima

(Resolução)

1 - A Segunda Outorgante reconhece à CML o direito de dar por finda a ocupação, sem direito a qualquer indemnização, sempre que haja incumprimento pela sua parte nos termos das Cláusulas anteriores ou o interesse público assim o exigir, a executar nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto e de acordo com o regime estabelecido nos artigos 149.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 - Nesse caso, a Segunda Outorgante compromete-se a deixar o espaço livre e desocupado no prazo de 60 dias úteis, a contar da notificação para o efeito.

3 - Se não sair naquele prazo, autoriza, desde já, a CML a proceder ela própria a essa desocupação não a responsabilizando por qualquer dano que possa causar aos bens que lá se encontrem, renunciando a qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou descaminho de bens; neste caso, ficará ainda obrigado a indemnizar a CML pelas despesas provocadas.

4 - A Segunda Outorgante aceita que, em caso de execução de despejo administrativo, lhe seja exigido, depois dele, o preço da ocupação referente ao período decorrido entre a data de cancelamento do registo e a data em que o local ficou livre e desocupado.

Feito em Lisboa, em dois exemplares de quatro páginas cada, todas devidamente rubricadas e a última assinada, ficando cada Outorgante na posse de um exemplar.

Em,

O Município de Lisboa,
A Vereadora,
Paula Marques

A Associação Portuguesa de Doentes da Próstata,

O Presidente da Direção,
Joaquim Alberto Couceiro da Cruz Domingos

O Vice-presidente da Direção,
Luís Manuel da Costa Corte Real

- *Deliberação n.º 101/CM/2015* (Proposta n.º 101/2015) - Subscrita pelos Vereadores Paula Marques e Jorge Máximo:

Cedência de espaço municipal não habitacional ao Rancho Tradicional de Cinfães

Pelouros: Habitação e Desenvolvimento Local e Desporto.
Serviço: Serviço e Empresa Municipal: DMHDS e GEBALIS.

Considerandos:

1 - O papel relevante desta Associação sem fins lucrativos, que foi fundada em dezembro de 2005, por um grupo de pessoas ligadas ao Folclore e, com o seu trabalho pretende integrar e enraizar os cinfanenses que, à procura de melhores condições de vida, vieram residir para Lisboa e fizeram da capital a sua «segunda terra»;

2 - O objetivo fundamental desta entidade, segundo os seus Estatutos, «é a defesa, conservação e divulgação da cultura popular do concelho de Cinfães, através das danças, dos cantares e das representações etnográficas, podendo alargar o seu âmbito a atividades recreativas ou desportivas do interesse dos associados»;

3 - Pretendem implementar no espaço municipal a atribuir, a sua Sede e armazenamento de todo o material que dispõem para as suas atuações;

4 - Esta entidade recebeu da Presidência do Conselho de Ministros/Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, através do Despacho n.º 501/2015 uma Declaração de Utilidade Pública, onde consta «O Rancho Tradicional de Cinfães ... vem desenvolvendo desde 2007, uma atividade meritória, nomeadamente ao nível cultural, apresentando um trabalho relevante na promoção das danças, dos cantares e das representações etnográficas, divulgando e enraizando as tradições populares de Cinfães. Cooperar com diversas entidades, entre as quais, a Fundação Inatel, a Federação do Folclore Português e a Junta de Freguesia de Tendais ...»;

5 - Existe um espaço municipal devoluto no Bairro Quinta Marquês de Abrantes - Rua Alberto José Pessoa - Lote I - 1.º esquerdo - Loja A (esq.), que apresenta as características e a localização necessárias para Sede e desenvolvimento das atividades da Associação;

6 - O pedido do espaço foi instruído ao abrigo do RAAML - Regulamento de Apoio não Financeiro - Processo n.º 23414/CML/09;

7 - O pedido de espaço foi objeto de análise social por parte do Departamento de Desporto que se pronunciou favoravelmente à atribuição de espaço (OF/96/DMEJD/DD/15);

8 - O preço pela cedência deste espaço municipal foi calculado de acordo com o Regulamento do Património e com a Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais - TPORM 2013 (Deliberação n.º 860/CM/2012, publicada no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 983, de 2012/12/20), em função da localização e do estado de conservação, aplicando-se o desconto de 95 % previsto no ponto 7.2.2 do Anexo I da TPORM 2013, dado o uso social a que o espaço se destina;

9 - O espaço tem uma área de 45,63 m² e está classificado em localização «periférica» e em estado de conservação «mediocre» que de acordo com a TPORM de 2013, o que confere um preço por m² de 8,55 euros/m², por estar localizado em bairro municipal, classificado como BIP-ZIP, donde resulta um valor mensal de 390,14 euros, ao qual, aplicando um desconto de 95 % previsto no ponto 7.2.2 do Anexo I da TPORM 2013, se obtém o valor de 19,50 euros mensais;

10 - De acordo com a fórmula da Deliberação n.º 252/CM/2012, tomada na reunião de Câmara realizada em 26 de abril de 2012, e publicada no *Boletim Municipal* de 3 de maio de 2012, a estimativa do apoio não financeiro pela cedência deste espaço é de: 26 686,08 euros;

11 - Esta fórmula resulta da diferença entre o valor máximo e o valor que efetivamente vai ser cobrado, com os descontos resultantes do uso social, tendo em conta um período de referência de 6 anos, ou seja,

$$E = V_{\max} - V_{\text{cob}}$$

Sendo:

«E» - o valor da estimativa dos encargos que se pretende apurar;

«V_{max}» - o preço que seria pago pela cedência, ao longo de 6 anos, ao abrigo da TPORM em vigor no 1.º ano, calculado em função da localização do ENH, da área total a ceder e sem quaisquer descontos;

«V_{comb}» - o valor que irá ser pago ao longo de 6 anos pela cedência da mesma área, ao abrigo da TPORM em vigor no 1.º ano e tendo em conta os descontos aplicáveis;

Fórmula que aplicada aos casos concretos, resultam os seguintes valores:

$$V_{\max} = 390,14 \text{ euros} \times 12 \text{ meses} \times 6 \text{ anos} \Rightarrow 28\,090,08 \text{ euros};$$

$$V_{\text{cob}} = 19,50 \text{ euros} \times 12 \text{ meses} \times 6 \text{ anos} \Rightarrow 1\,404 \text{ euros};$$

$$E = 28\,090,08 \text{ euros} - 1\,404 \text{ euros} = 26\,686,08 \text{ euros}.$$

O apoio total estimado concedido pelo município é de 26 686,08 euros para o espaço.

12 - O apoio estimado concedido é superior a 10 000 euros, pelo que a atribuição do espaço deverá ser submetida a deliberação municipal.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar a cedência do espaço municipal, sito na Rua Alberto José Pessoa - Lote I - 1.º esquerdo - Loja A (esq.) - Bairro Quinta Marquês de Abrantes ao Rancho Tradicional de Cinfães nos termos do protocolo de cedência cuja minuta se anexa e que fazem parte integrante desta proposta.

Anexo - Minuta do Protocolo.

(Aprovada por unanimidade.)

Protocolo de cedência de espaço municipal sito em Rua Alberto José Pessoa - Lote I - 1.º esquerdo - Loja A (esq.) - Bairro Quinta Marquês de Abrantes

Entre:

O Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, com sede na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designada por CML e aqui representado pela Vereadora do Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local, Dr.ª Paula Marques, com competências delegadas e subdelegadas, publicadas no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 2013/11/14, Despacho n.º 79/P/2013, na qualidade de Primeira Outorgante,

e

O Rancho Tradicional de Cinfães, pessoa coletiva n.º 507550714, representada pelo Presidente da Direção, Octávio Ferreira de Sousa Moreira, portador do B.I. n.º 10000083, válido até 2016/04/23, e pelo Vice-presidente da Direção, António José da Silva Pinto, portador do Cartão de Cidadão n.º 07813620, válido até 2018/01/02, na qualidade de Segunda Outorgante.

Celebram o presente Protocolo de cedência de espaço municipal, que se rege pelas Cláusulas a seguir exaradas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

A CML cede à Segunda Outorgante, o espaço municipal sito em Rua Alberto José Pessoa - Lote I - 1.º esquerdo - Loja A (esq.) - Bairro Quinta Marquês de Abrantes, no estado em que se encontra.

Cláusula Segunda

(Regime aplicável)

A cedência é feita a título precário nos termos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, podendo cessar a qualquer momento ao abrigo do disposto no artigo 140.º, 1.ª parte do n.º 1, do referido Código, não ficando, assim, em caso algum, sujeita às leis reguladoras do contrato de locação.

Cláusula Terceira

(Fim)

O espaço referido destina-se exclusivamente à Sede Social do Rancho Tradicional de Cinfães e para armazenamento de todo o material utilizado pelos seus membros.

Cláusula Quarta

(Preço da ocupação)

1 - O preço mensal especial é de 19,50 euros (dezanove euros e cinquenta cêntimos), a pagar no primeiro dia útil de cada mês ou nos oito dias seguintes.

2 - O preço referido será atualizado anualmente de acordo com o coeficiente fixado pelo Instituto Nacional de Estatística para a atualização de imobiliários não habitacionais.

Cláusula Quinta

(Obras)

1 - A Segunda Outorgante deverá manter o espaço mencionado na Cláusula Primeira em perfeito estado de asseio, conservação e segurança.

2 - Qualquer projeto de alterações urbanísticas tem que ser submetido a autorização da C.M.L. pela Segunda Outorgante, considerando-se de iniciativa municipal e isento de Taxas previstas no «Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas», nos termos do disposto no seu artigo 6.º, devendo o requerimento para reconhecimento das isenções, ser acompanhado do Protocolo de Cedência de Espaço Municipal.

3 - Quaisquer obras de conservação ou beneficiação serão sempre executadas por conta da Segunda Outorgante e carecem de autorização prévia da CML, independentemente da observância das disposições legais aplicáveis, incluindo as obras necessárias de adaptação do espaço ao fim estabelecido no presente Protocolo, bem como qualquer alteração/instalação das redes internas.

4 - Finda a ocupação, a Segunda Outorgante não terá direito a qualquer indemnização ou compensação nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado.

Cláusula Sexta

(Cedência)

Em caso algum a CML autoriza a cedência a terceiros, por qualquer forma ou título, e mesmo que parcial, do espaço descrito na Cláusula Primeira.

Cláusula Sétima

(Outras obrigações da Segunda Outorgante)

1 - A Segunda Outorgante compromete-se a avisar a CML sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ameaça o espaço ou que terceiros se arrogam direitos sobre ele.

2 - E obriga-se a impedir a ocupação por terceiros de todo ou parte do espaço e responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que a CML vier a sofrer.

3 - A Segunda Outorgante responsabiliza-se pelo pagamento das despesas correntes, como água, eletricidade, gás e telefone, etc., atinentes à utilização do espaço municipal que é objeto deste Protocolo.

4 - A Segunda Outorgante obriga-se a contratar e manter, durante a vigência do presente Protocolo, seguro que garanta o risco de incêndio e de destruição do edifício por causas naturais ou ação humana.

5 - A Segunda Outorgante obriga-se à entrega anual, até final do mês de março, do relatório de atividades do ano anterior, junto da CML/DMHDS/DPH.

Cláusula Oitava

(Caducidade)

1 - A Segunda Outorgante obriga-se a pôr em funcionamento as instalações no prazo de seis meses a partir da data da entrega das chaves sob pena de caducar a cedência titulada por este Protocolo, a menos que apresente justificação fundamentada e aceite pela CML.

2 - A ocupação precária não deverá ultrapassar o prazo de seis anos; neste caso, a tolerância precária caduca e o interessado deverá apresentar novo pedido, sendo revista a situação e conferida nova autorização, caso também corresponda ao interesse municipal.

Cláusula Nona

(Incumprimento)

1 - O incumprimento de qualquer das obrigações constantes do clausulado anterior confere à CML o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação do espaço cedido.

2 - O encerramento ou não utilização das instalações para os fins próprios, por período igual ou superior a 180 dias, sem justificação fundamentada e aceite pela CML confere, também, a esta o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação.

Cláusula Décima

(Resolução)

1 - A Segunda Outorgante reconhece à CML o direito de dar por finda a ocupação, sem direito a qualquer indemnização, sempre que haja incumprimento pela sua parte nos termos das Cláusulas anteriores ou o interesse público assim o exigir, a executar nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto e de acordo com o regime estabelecido nos artigos 149.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 - Nesse caso, a Segunda Outorgante compromete-se a deixar o espaço livre e desocupado no prazo de 60 dias úteis, a contar da notificação para o efeito.

3 - Se não sair naquele prazo, autoriza, desde já, a CML a proceder ela própria a essa desocupação não a responsabilizando por qualquer dano que possa causar aos bens que lá se encontrem, renunciando a qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou descaminho de bens; neste caso, ficará ainda obrigado a indemnizar a CML pelas despesas provocadas.

4 - A Segunda Outorgante aceita que, em caso de execução de despejo administrativo, lhe seja exigido, depois dele, o preço da ocupação referente ao período decorrido entre a data de cancelamento do registo e a data em que o local ficou livre e desocupado.

Feito em Lisboa, em dois exemplares de quatro páginas cada, todas devidamente rubricadas e a última assinada, ficando cada Outorgante na posse de um exemplar.

Em,

O Município de Lisboa,

A Vereadora,

Paula Marques

O Rancho Tradicional de Cinfães

O Presidente da Direção,

Octávio Ferreira de Sousa Moreira

O Vice-presidente da Direção,

António José da Silva Pinto

- *Deliberação n.º 102/CM/2015 (Proposta n.º 102/2015) - Subscrita pelos Vereadores Paula Marques e João Afonso:*

Assunto: Cedência de espaços municipais à ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento

Pelouros: Habitação e Desenvolvimento Local e Direitos Sociais.
Serviço: DMHDS.

Considerandos:

1 - A «ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento», Instituição Particular de Solidariedade Social (cf. artigo 1.º dos seus estatutos), cujo âmbito de ação abrange o território nacional e os demais países da União Europeia e dos Países de Língua Oficial Portuguesa, tem como objetivo, «a solidariedade social, a promoção e o desenvolvimento de atividades sociais de beneficência, de inclusão social e comunitária, da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, da saúde, de educação, formação e aperfeiçoamento profissional» (artigo 2.º);

2 - A «ADM Estrela» pertence à HUSCIE, rede transnacional que reúne uma sólida rede de parceiros, permitindo a troca de conhecimento e experiências e ainda à Rede Nacional de Responsabilidade Social, que tem como missão a promoção, o desenvolvimento, operacionalização e a incorporação de conceitos e ferramentas de Responsabilidade Social nas Organizações;

3 - O Núcleo da «ADM Estrela» em Lisboa, surge da vontade de alargar o trabalho de intervenção social que a «ADM Estrela» já desenvolve há mais de vinte anos na zona centro do país. Visa essencialmente o incentivo do protagonismo juvenil e a capacitação de jovens no desenvolvimento de projetos elaborados no âmbito do bem-estar social

e melhoria das condições de vida da população dos Bairros, numa perspectiva de envolvimento de outros atores e parceiros locais;

4 - Em Lisboa, a sua intervenção parte de um diagnóstico realizado sobre o Bairro, onde se verifica que a desocupação dos jovens e a falta de esperança no futuro são uma realidade preocupante, associado a baixas qualificações, abandono escolar precoce que leva ao consequente consumo e tráfico de substâncias psicoativas e a atos de criminalidade;

5 - Com o objetivo de oferecer uma nova resposta ao nível da infância e juventude, com a criação de um Centro de Estudos e de Ocupação de Tempos Livres, a «ADM Estrela» solicitou à CML um espaço não habitacional no Bairro da Liberdade;

6 - O pedido de espaço foi instruído ao abrigo do RAAML-Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa, como um pedido de apoio não financeiro, através do Processo n.º 18 724/CML/14;

7 - O pedido foi objeto de análise social por parte do Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) da DMHDS, que se pronunciou favoravelmente à cedência de espaço à Associação (cf. INF/671/DMHDS/DDS/DASS/14);

8 - Foram identificados dois espaços no Bairro da Liberdade, sítios na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, Impasse, lote 8 - r/c (antiga Rua C do Bairro da Liberdade), Loja 11 e Loja 12, que se mostraram adequados pela «ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento», para a implementação do seu projeto social, tendo sido aceites pela mesma;

9 - O preço a pagar pela cedência precária dos espaços não habitacionais propostos, foram calculados de acordo com o Regulamento do Património e com a Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais - TPORM 2013 (Deliberação n.º 860/CM/2012, publicada no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 983, de 2012/12/20), em função da localização e do estado de conservação, aplicando-se um desconto de 95% previsto no ponto 7.2.2 do Anexo I da TPORM 2013, dado o uso social a que o espaço se destina;

10 - Os espaços, com 67,40 m² de área útil, cada, estão classificados em localização «Periférica» e estado de conservação «Mediocre», que de acordo com a TPORM de 2013 corresponde ao escalão E, o que confere um preço por m² de 8,55 euros, por se tratar de espaços municipais localizados em bairro municipal classificado como BIP/ZIP, donde resulta um valor mensal de 576,27 euros para cada espaço, ao qual, aplicando o desconto de 95% previsto no ponto 7.2.2 do Anexo I da TPORM 2013, se obtém o valor de 28,81 euros mensal para cada um;

11 - De acordo com a fórmula da Deliberação n.º 252/CM/2012, tomada na Reunião de Câmara realizada em 26 de abril de 2012, e publicada no *Boletim Municipal* de 3 de maio de 2012, a estimativa dos apoios não financeiros com a cedência destes espaços, é de 39 417,12 euros para cada espaço;

12 - Essa fórmula resulta da diferença entre o valor máximo e o valor que efetivamente vai ser cobrado, com os descontos resultantes do uso social, tendo em conta um período de referência de 6 anos;

13 - Para o cálculo da estimativa dos encargos de atribuição de espaços municipais, seguiu-se a fórmula da Deliberação n.º 252/CM/2012:

$$E = V_{\max} - V_{\text{cob}}$$

Sendo:

«E» - Valor da estimativa dos encargos a apurar;

«V_{max}» - o preço que seria pago pela cedência ao longo de 6 anos, ao abrigo da TPORM de 2013 (em vigor no 1.º ano), tendo em conta a localização do espaço a ceder e respetiva área total, e sem quaisquer descontos;

«V_{cob}» - o valor que efetivamente irá ser pago ao longo dos 6 anos, pela cedência da mesma área, ao abrigo da TPORM de 2013 (em vigor no 1.º ano), e tendo em conta os descontos aplicáveis;

No caso concreto, resultam os seguintes cálculos:

Rua Inácio Pardelhas Sanchez, Impasse, lote 8 - r/c (antiga Rua C do Bairro da Liberdade), Loja 11:

$$\begin{aligned} V_{\max} &= (576,27 \text{ euros/mês} \times 12 \text{ meses} \times 6 \text{ anos}) = 41\,491,44 \text{ euros;} \\ V_{\text{cob}} &= (28,81 \text{ euros/mês} \times 12 \text{ meses} \times 6 \text{ anos}) = 2\,074,32 \text{ euros;} \\ E &= 41\,491,44 \text{ euros} - 2\,074,32 \text{ euros} = 39\,417,12 \text{ euros.} \end{aligned}$$

Rua Inácio Pardelhas Sanchez, Impasse, lote 8 - r/c (antiga Rua C do Bairro da Liberdade), Loja 12:

$$\begin{aligned} V_{\max} &= (576,27 \text{ euros/mês} \times 12 \text{ meses} \times 6 \text{ anos}) = 41\,491,44 \text{ euros.} \\ V_{\text{cob}} &= (28,81 \text{ euros/mês} \times 12 \text{ meses} \times 6 \text{ anos}) = 2\,074,32 \text{ euros;} \\ E &= 41\,491,44 \text{ euros} - 2\,074,32 \text{ euros} = 39\,417,12 \text{ euros.} \end{aligned}$$

14 - O apoio estimado concedido para cada espaço, é superior a 10 000 euros, pelo que a atribuição dos espaços deverá ser submetida a deliberação municipal.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar a cedência dos espaços municipais, sítios no Bairro da Liberdade, na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, Impasse, lote 8 - r/c (antiga Rua C do Bairro da Liberdade), Loja 11 e Loja 12, à «ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento», nos termos dos Protocolos de Cedência precária, cujas minutas se anexam e fazem parte integrante desta Proposta.

Anexo - Minutas dos Protocolos.

(Aprovada por unanimidade.)

Protocolo de cedência de espaço municipal - Rua Inácio Pardelhas Sanchez, Impasse, lote 8 - r/c, Loja 11 (antiga Rua C do Bairro da Liberdade)

Entre:

O Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, com sede na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designada por CML e aqui representado pela Vereadora

do Pelouro de Habitação e Desenvolvimento Local, Dr.^a Paula Marques, com competências delegadas e subdelegadas, publicadas no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 2013/11/14, Despacho n.º 79/P/2013, na qualidade de Primeira Outorgante,

e

A ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento, pessoa coletiva n.º 502507764, com sede em Vale de Estrela, concelho da Guarda, representada pelo Presidente da Direção, Sérgio Augusto Bernardes Duarte, portador do Cartão de Cidadão n.º 08259950, válido até 2016/10/26, e pelo Tesoureiro, Alcino Esteves Meirinhos, portador do Cartão de Cidadão n.º 10842146, válido até 2019/08/31, na qualidade de Segunda Outorgante.

Celebram o Presente protocolo de cedência de espaço municipal, que se rege pelas Cláusulas a seguir exaradas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

A CML cede à Segunda Outorgante, o espaço municipal sito no Bairro da Liberdade, Rua Inácio Pardelhas Sanchez, Impasse, lote 8 - r/c (antiga Rua C do Bairro da Liberdade), Loja 11, no estado em que se encontra.

Cláusula Segunda

(Regime aplicável)

A cedência é feita a título precário nos termos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, podendo cessar a qualquer momento ao abrigo do disposto no artigo 140.º, 1.ª parte do n.º 1, do referido Código, não ficando, assim, em caso algum, sujeita às leis reguladoras do contrato de locação.

Cláusula Terceira

(Fim)

O espaço referido destina-se ao alargamento da área de intervenção da Associação, ao nível da infância e juventude.

Cláusula Quarta

(Preço da ocupação)

1 - O preço mensal especial é de 28,81 euros (vinte e oito euros e oitenta e um cêntimos) a pagar no primeiro dia útil de cada mês ou nos oito dias seguintes.

2 - O preço referido será atualizado anualmente de acordo com o coeficiente fixado pelo Instituto Nacional de Estatística para a atualização de imobiliários não habitacionais.

Cláusula Quinta

(Obras)

1 - A Segunda Outorgante deverá manter o espaço mencionado na Cláusula Primeira em perfeito estado de asseio, conservação e segurança.

2 - Qualquer projeto de alterações urbanísticas tem que ser submetido a autorização da CML pela Segunda Outorgante, considerando-se de iniciativa municipal e isento de Taxas previstas no «Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas», nos termos do disposto no seu artigo 6.º, devendo o requerimento para reconhecimento das isenções, ser acompanhado do Protocolo de Cedência do Espaço Municipal.

3 - Quaisquer obras de conservação ou beneficiação serão sempre executadas por conta da Segunda Outorgante e carecem de autorização prévia da CML, independentemente da observância das disposições legais aplicáveis, incluindo as obras necessárias de adaptação do espaço ao fim estabelecido no presente Protocolo, bem como qualquer alteração/instalação das redes internas.

4 - Finda a ocupação, a Segunda Outorgante não terá direito a qualquer indemnização ou compensação nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado.

Cláusula Sexta

(Proibição de Subcedência)

Em caso algum a CML autoriza a cedência a terceiros, por qualquer forma ou título, e mesmo que parcial, do espaço descrito na Cláusula Primeira.

Cláusula Sétima

(Outras obrigações da Segunda Outorgante)

1 - A Segunda Outorgante compromete-se a avisar a CML sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ameaça o espaço ou que terceiros se arrogam direitos sobre ele.

2 - E obriga-se a impedir a ocupação por terceiros de todo ou parte do espaço e responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que a CML vier a sofrer.

3 - A Segunda Outorgante responsabiliza-se pelo pagamento das despesas correntes, como água, eletricidade, gás e telefone, etc., atinentes à utilização do espaço municipal que é objeto deste Protocolo.

4 - A Segunda Outorgante obriga-se a contratar e manter, durante a vigência do presente Protocolo, seguro que garanta o risco de incêndio e de destruição do edifício por causas naturais ou ação humana.

5 - A Segunda Outorgante obriga-se à entrega anual, até final de mês de março, do relatório de atividades do ano anterior, junto da CML/DMHDS/DPH.

Cláusula Oitava

(Caducidade)

1 - A Segunda Outorgante obriga-se a pôr em funcionamento as instalações no prazo de seis meses a partir da data da entrega das chaves sob pena de caducar a cedência titulada por este Protocolo, a menos que apresente justificação fundamentada e aceite pela CML.

2 - A ocupação precária não deverá ultrapassar o prazo de seis anos; neste caso, a tolerância precária caduca e o interessado deverá apresentar novo pedido, sendo revista a situação e conferida nova autorização, caso também corresponda ao interesse municipal.

Cláusula Nona

(Incumprimento)

1 - O incumprimento de qualquer das obrigações constantes do clausulado anterior confere à CML o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação do espaço cedido.

2 - O encerramento ou não utilização das instalações para os fins próprios, por período igual ou superior a 180 dias, sem justificação fundamentada e aceite pela CML confere, também a esta, o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação.

Cláusula Décima

(Resolução)

1 - A Segunda Outorgante reconhece à CML o direito de dar por finda a ocupação, sem direito a qualquer indemnização, sempre que haja incumprimento pela sua parte nos termos das Cláusulas anteriores ou o interesse público assim o exigir, a executar nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto e de acordo com o regime estabelecido nos artigos 149.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 - Nesse caso, a Segunda Outorgante compromete-se a deixar o espaço livre e desocupado no prazo de 60 dias úteis, a contar da notificação para o efeito.

3 - Se não sair naquele prazo, autoriza, desde já, a CML a proceder ela própria a essa desocupação não a responsabilizando por qualquer dano que possa causar aos bens que lá se encontrem, renunciando a qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou descaminho de bens; neste caso, ficará ainda obrigada a indemnizar a CML pelas despesas provocadas.

4 - A Segunda Outorgante aceita que, em caso de execução de despejo administrativo, lhe seja exigido, depois dele, o preço da ocupação referente ao período decorrido entre a data de cancelamento do registo e a data em que o local ficou livre e desocupado.

Feito em Lisboa, em dois exemplares de quatro páginas cada, todas devidamente rubricadas e a última assinada, ficando cada Outorgante na posse de um exemplar.

Em,

O Município de Lisboa,
A Vereadora,
Paula Marques

ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento,
O Presidente da Direção,
Sérgio Augusto Bernardes Duarte

O Tesoureiro,
Alcino Esteves Meirinhos

Protocolo de cedência de espaço municipal - Rua Inácio Pardelhas Sanchez, Impasse, lote 8 - r/c, Loja 12 (antiga Rua C do Bairro da Liberdade)

Entre:

O Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, com sede na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designada por CML e aqui representado pela Vereadora do Pelouro de Habitação e Desenvolvimento Local, Dr.ª Paula Marques, com competências delegadas e subdelegadas, publicadas no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 2013/11/14, Despacho n.º 79/P/2013, na qualidade de Primeira Outorgante,

e

A ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento, pessoa coletiva n.º 502507764, com sede em Vale de Estrela, concelho da Guarda, representada pelo Presidente da Direção, Sérgio Augusto Bernardes Duarte, portador do Cartão de Cidadão n.º 08259950, válido até 2016/10/26, e pelo Tesoureiro, Alcino Esteves Meirinhos, portador do Cartão de Cidadão n.º 10842146, válido até 2019/08/31, na qualidade de Segunda Outorgante.

Celebram o presente Protocolo de cedência de espaço municipal, que se rege pelas Cláusulas a seguir exaradas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

A CML cede à Segunda Outorgante, o espaço municipal sito no Bairro da Liberdade, Rua Inácio Pardelhas Sanchez, Impasse, lote 8 - r/c (antiga Rua C do Bairro da Liberdade), Loja 12, no estado em que se encontra.

Cláusula Segunda

(Regime aplicável)

A cedência é feita a título precário nos termos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, podendo cessar a qualquer momento ao abrigo do disposto no artigo 140.º,

1.ª parte do n.º 1, do referido Código, não ficando, assim, em caso algum, sujeita às leis reguladoras do contrato de locação.

Cláusula Terceira

(Fim)

O espaço referido destina-se ao alargamento da área de intervenção da Associação, ao nível da infância e juventude.

Cláusula Quarta

(Preço da ocupação)

1 - O preço mensal especial é de 28,81 euros (vinte e oito euros e oitenta e um centimos) a pagar no primeiro dia útil de cada mês ou nos oito dias seguintes.

2 - O preço referido será atualizado anualmente de acordo com o coeficiente fixado pelo Instituto Nacional de Estatística para a atualização de imobiliários não habitacionais.

Cláusula Quinta

(Obras)

1 - A Segunda Outorgante deverá manter o espaço mencionado na Cláusula Primeira em perfeito estado de asseio, conservação e segurança.

2 - Qualquer projeto de alterações urbanísticas tem que ser submetido a autorização da CML pela Segunda Outorgante, considerando-se de iniciativa municipal e isento de Taxas previstas no «Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas», nos termos do disposto no seu artigo 6.º, devendo o requerimento para reconhecimento das isenções, ser acompanhado do Protocolo de Cedência do Espaço Municipal.

3 - Quaisquer obras de conservação ou beneficiação serão sempre executadas por conta da Segunda Outorgante e carecem de autorização prévia da CML, independentemente da observância das disposições legais aplicáveis, incluindo as obras necessárias de adaptação do espaço ao fim estabelecido no presente Protocolo, bem como qualquer alteração/instalação das redes internas.

4 - Finda a ocupação, a Segunda Outorgante não terá direito a qualquer indemnização ou compensação nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado.

Cláusula Sexta

(Proibição de Subcedência)

Em caso algum a CML autoriza a cedência a terceiros, por qualquer forma ou título, e mesmo que parcial, do espaço descrito na Cláusula Primeira.

Cláusula Sétima

(Outras obrigações da Segunda Outorgante)

1 - A Segunda Outorgante compromete-se a avisar a CML sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ameaça o espaço ou que terceiros se arrogam direitos sobre ele.

2 - E obriga-se a impedir a ocupação por terceiros de todo ou parte do espaço e responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que a CML vier a sofrer.

3 - A Segunda Outorgante responsabiliza-se pelo pagamento das despesas correntes, como água, eletricidade, gás e telefone, etc., atinentes à utilização do espaço municipal que é objeto deste Protocolo.

4 - A Segunda Outorgante obriga-se a contratar e manter, durante a vigência do presente Protocolo, seguro que garanta o risco de incêndio e de destruição do edifício por causas naturais ou ação humana.

5 - A Segunda Outorgante obriga-se à entrega anual, até final de mês de março, do relatório de atividades do ano anterior, junto da CML/DMHDS/DPH.

Cláusula Oitava

(Caducidade)

1 - A Segunda Outorgante obriga-se a pôr em funcionamento as instalações no prazo de seis meses a partir da data da entrega das chaves sob pena de caducar a cedência titulada por este Protocolo, a menos que apresente justificação fundamentada e aceite pela CML.

2 - A ocupação precária não deverá ultrapassar o prazo de seis anos; neste caso, a tolerância precária caduca e o interessado deverá apresentar novo pedido, sendo revista a situação e conferida nova autorização, caso também corresponda ao interesse municipal.

Cláusula Nona

(Incumprimento)

1 - O incumprimento de qualquer das obrigações constantes do clausulado anterior confere à CML o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação do espaço cedido.

2 - O encerramento ou não utilização das instalações para os fins próprios, por período igual ou superior a 180 dias, sem justificação fundamentada e aceite pela CML confere, também a esta, o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação.

Cláusula Décima

(Resolução)

1 - A Segunda Outorgante reconhece à CML o direito de dar por finda a ocupação, sem direito a qualquer indemnização, sempre que haja incumprimento pela sua parte nos termos

das Cláusulas anteriores ou o interesse público assim o exigir, a executar nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto e de acordo com o regime estabelecido nos artigos 149.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 - Nesse caso, a Segunda Outorgante compromete-se a deixar o espaço livre e desocupado no prazo de 60 dias úteis, a contar da notificação para o efeito.

3 - Se não sair naquele prazo, autoriza, desde já, a CML a proceder ela própria a essa desocupação não a responsabilizando por qualquer dano que possa causar aos bens que lá se encontrem renunciando a qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou descaminho de bens; neste caso, ficará ainda obrigado a indemnizar a CML pelas despesas provocadas.

4 - A Segunda Outorgante aceita que, em caso de execução de despejo administrativo, lhe seja exigido, depois dele, o preço da ocupação referente ao período decorrido entre a data de cancelamento do registo e a data em que o local ficou livre e desocupado.

Feito em Lisboa, em dois exemplares de quatro páginas cada, todas devidamente rubricadas e a última assinada, ficando cada Outorgante na posse de um exemplar.

Em,

O Município de Lisboa,
A Vereadora,
Paula Marques

ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento,
O Presidente da Direção,
Sérgio Augusto Bernardes Duarte

O Tesoureiro,
Alcino Esteves Meirinhos

- *Deliberação n.º 104/CM/2015 (Proposta n.º 104/2015)* -
Subscrita pelo Vereador João Afonso:

Aprovar a transferência de verba para a Fundação Liga, ao abrigo do Programa Casa Aberta

Pelouro: Direitos Sociais.
Serviço: Departamento de Desenvolvimento Social.

Considerando:

1 - O Programa Casa Aberta é um Programa Municipal promovido pelo então Departamento de Ação Social, desde 1990, em colaboração com instituições parceiras, designadamente com a Fundação LIGA;

2 - No âmbito deste programa, promove-se a melhoria das acessibilidades e diminuição das barreiras arquitetónicas nas habitações dos munícipes com mobilidade condicionada, mediante a execução de obras de adaptação e/ou instalação de equipamentos mecânicos, possibilitando um fácil acesso às habitações e suas diferentes dependências, bem como ao exterior, garantindo aos beneficiários e seus familiares uma maior autonomia e uma melhoria significativa na sua qualidade de vida;

3 - Através da Deliberação n.º 1046/CM/2009, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 815, de 1 de outubro de 2009, a Câmara Municipal de Lisboa reviu e reformulou as normas do Programa Casa Aberta, em ordem a torná-lo mais eficiente na gestão dos recursos e eficaz na obtenção de resultados, aprovando a celebração de um novo Protocolo de Colaboração com a Fundação LIGA, o qual veio a ser outorgado a 8 de outubro do mesmo ano;

4 - O Departamento de Desenvolvimento Social receciona diariamente pedidos de reparações de equipamentos mecânicos, apresentados pelos beneficiários do Programa Casa Aberta e para os quais não existe disponibilidade financeira na Fundação Liga que permita resposta positiva, sendo que, ao abrigo disposto no n.º 1 da Cláusula 10.ª do Protocolo referido, as despesas de manutenção e de reparação desses equipamentos mecânicos deveriam ser suportadas pelo Programa Casa Aberta;

5 - A reparação dos equipamentos referidos permitirá aos beneficiários do Programa voltar a usufruir de autonomia, melhorando a sua qualidade de vida e do seu agregado familiar;

6 - Existe em orçamento disponibilidade financeira para, ao abrigo das normas que enquadram o Programa, transferir para a Fundação Liga a verba de euros 20 000 euros para fazer face, designadamente, às despesas das reparações que se impõem.

Assim, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do Protocolo outorgado entre as partes em 8 de outubro de 2009, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar a transferência de 20 000 euros (vinte mil euros) para a Fundação LIGA para financiamento do Programa Casa Aberta, de modo a fazer face às despesas das reparações que permitam repor a operacionalidade dos equipamentos instalados.

Esta despesa tem cabimento na Ação-Plano C5.P009.14 da Rubrica Orçamental 04.07.01 da Orgânica 13.03.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Deliberação n.º 105/CM/2015* (Proposta n.º 105/2015) - Subscrita pelo Vereador João Afonso:

Atribuição de apoio financeiro excecional à Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social, no âmbito do FES - Vertente IPSS

Pelouro: Direitos Sociais.

Serviço: Departamento de Desenvolvimento Social.

Considerando:

- Pela Deliberação n.º 9/AM/2012, da Assembleia Municipal de Lisboa, publicada no *Boletim Municipal* n.º 943, de 15 de março de 2012, foram aprovadas as Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES) - Vertente de Apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);

- Em 15 de outubro de 2014, através do processo 24 852/ /CML/2014, a Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social, com sede na Rua Rio Tejo (antiga Escola n.º 167) - Bairro Padre Cruz, freguesia de Carnide, em Lisboa, formulou pedido de apoio financeiro excecional no montante de 100 000 euros (cem mil euros), fundando o mesmo na redução de fundos e receitas igual ou superior a 20 %;

- O pedido formulado pela Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social insere-se na área da Infância, elegível nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º das Regras do FES;

- A Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social é gestora de equipamento social na morada supra referida, designadamente a Creche Crescer a Cores, com capacidade para 40 crianças e cujo funcionamento assenta numa metodologia de intervenção de intervenção sistémica e comunitária;

- Em 19 de dezembro de 2014 a Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social celebrou Acordo de Cooperação com a Segurança Social para aquela resposta social, o qual entrou em vigor a partir de 1 de dezembro de 2014, abrangendo apenas 24 utentes;

- Não podendo ocorrer sobreposição de apoios, o valor a atribuir ao abrigo do FES deve limitar-se, somente, ao necessário para abranger os utentes que, frequentando efetivamente o equipamento, não sejam já objeto de participação pela Segurança Social, ficando por conseguinte abrangidas pelo apoio a atribuir 14 crianças;

- Tendo a Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social entregue toda a documentação necessária à instrução, foi produzido parecer parcialmente favorável pelo Departamento de Desenvolvimento Social, nos termos constantes do processo e para os quais se remete, tendo nele sido observados os critérios de atribuição previstos no artigo 3.º das Regras do Funcionamento do FES e comprovada a redução de fundos e receitas igual ou superior a 20 % alegada no pedido;

- Notificada a Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social em sede de audiência de interessados, ao abrigo do Código de Procedimento Administrativo, sobre o projeto

de decisão conducente ao deferimento parcial do pedido, com referência à fundamentação de facto e de direito respetiva, a mesma disse nada ter a opor;

- Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º das Regras do FES de Lisboa, o apoio financeiro a atribuir quando a entidade requerente gere equipamento em Lisboa, e para eles justifique o pedido, tem como limite o valor de 100 000 euros (cem mil euros);

Assim, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 6.º das Normas de Funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa - Vertente de Apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

a) Aprovar a atribuição de um apoio financeiro excecional à Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social, no valor de 41 598,48 euros (quarenta e um mil quinhentos e noventa e oito euros e quarenta e oito cêntimos), destinado a assegurar o reequilíbrio financeiro e garantir o normal funcionamento do equipamento social por si gerido (creche).

Esta despesa tem cabimento na Ação do Plano C5.P001.01, Rubrica 04.07.01 da Orgânica 13.03 do Orçamento Camarário em vigor.

b) Aprovar a minuta do Protocolo constante do Anexo à presente Proposta.

Anexo: Minuta de Protocolo.

(Aprovada por unanimidade.)

ANEXO

**PROTOCOLO
(Minuta)**

Entre:

O Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designado por CML e aqui representado pelo Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro;

e

A Crescer a Cores - Associação de Solidariedade Social, pessoa coletiva n.º 508177782, com sede na Rua Rio Tejo (antiga Escola n.º 167), Bairro Padre Cruz - 1600-746 Lisboa, representada por Carlos Filipe Cruz Custódio e Maria Isabel Maia, na qualidade de Presidente e Tesoureiro, respetivamente, ambos com poderes para o efeito, adiante designada como Segunda Outorgante.

É celebrado o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Objeto

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição, pela CML à Segunda Outorgante, de apoio financeiro de natureza excecional, no âmbito Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES) - Vertente de Apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com vista a assegurar o seu reequilíbrio financeiro e a garantir o normal funcionamento do equipamento social por si gerido.

Cláusula 2.^a

Apoio Financeiro

1 - A CML atribui à Segunda Outorgante o apoio financeiro mencionado na cláusula anterior, no montante total de 41 598,48 euros (quarenta e um mil quinhentos e noventa e oito euros e quarenta e oito centimos), a pagar de uma só vez.

2 - O apoio financeiro referido no número anterior destina-se, exclusivamente, a suportar os encargos/custos contemplados no plano de ação apresentado pela Segunda Outorgante em sede do pedido.

Cláusula 3.^a

Obrigações da Segunda Outorgante

A Segunda Outorgante obriga-se a:

- Assegurar a continuidade do funcionamento do equipamento social por si gerido (creche), por período não inferior a um ano;
- Devolver à CML a verba recebida, no prazo máximo de cento e oitenta dias, caso venha a receber, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário que lhe permita a continuidade da execução do referido projeto, nos termos do disposto no artigo 4.º das Regras do Fundo de Emergência Social de Lisboa;
- Apresentar os respetivos relatórios de contas e atividades, que devem espelhar a receção e utilização do apoio, nos termos exigidos no n.º 1 do artigo 8.º daquelas Regras.

Cláusula 4.^a

Incumprimento, Rescisão e Sanções

O incumprimento pela Segunda Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte da CML e implica a devolução dos montantes recebidos.

Cláusula 5.^a

Vigência do Protocolo

O presente Protocolo vigorará até ao cabal cumprimento, pela Segunda Outorgante, das obrigações assumidas na Cláusula 3.^a.

Cláusula 6.^a

Disposições Finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Protocolo aplicam-se, subsidiariamente, as Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES) - Vertente de Apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) aprovadas pela Deliberação n.º 9/AM/2012, da Assembleia Municipal de Lisboa, publicada no *Boletim Municipal* n.º 943, de 15 de março de 2012, tomada sobre a Proposta n.º 620/CM/2011, da Câmara Municipal.

Lisboa,de.....de 2015.

O Primeiro Outorgante,
O Vereador,
João Afonso

A Segunda Outorgante,
O Presidente,
Carlos Filipe Cruz Custódio

A Tesoureira,
Maria Isabel Maia

- *Deliberação n.º 106/CM/2015* (Proposta n.º 106/2015) -
Subscrita pelas Vereadoras Catarina Vaz Pinto e Graça Fonseca:

Casamentos de Santo António/2015 - 2016

Pelouros: Vereadora Graça Fonseca e Vereadora Catarina Vaz Pinto.

Considerando que:

Os «Casamentos de Santo António», organizados pela Câmara Municipal de Lisboa, constituem um marco nas Festas da Cidade, afirmando-se como um evento de referência cultural, no qual o operador de televisão (RTP), que transmite o evento, tem sido líder de audiências no dia dos casamentos (12 de junho) nos últimos anos;

No sentido de projetar ainda mais esta iniciativa, foi assegurada a presença dos «Casamentos de Santo António» na Feira «Exponoivos» em janeiro de 2015, com *stand* próprio, marcando essa presença com o início do processo de aceitação de candidaturas;

Em 2014 registou-se uma presença quantitativa e qualitativa de patrocínios que importa garantir nas edições de 2015 e de 2016, os quais permitem realizar este evento sem quaisquer custos para o Município de Lisboa;

Nos «Casamentos de Santo António» de 2014 foi possível dar continuidade à celebração das Bodas de Ouro dos casais que contraíram matrimónio em 1964, iniciativa que se pretende repetir em 2015 e 2016, com os casais de 1965;

A EGEAC tem por objeto assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura;

Compete à EGEAC, nomeadamente, planear e programar ações de animação cultural e outros atos de natureza similar, organizando os eventos e praticando os atos necessários à sua concretização, bem como exercer todas as atividades complementares e subsidiárias relacionadas com os mesmos, tendo o evento em causa contado, nos últimos anos, com a colaboração da EGEAC, a qual tem dado bons resultados e que é de todo o interesse manter;

Dada a natureza jurídica de empresa municipal da EGEAC, importa que seja a Câmara a decidir acometer a esta empresa a colaboração nos «Casamentos de Santo António»;

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos do disposto no n.º 1 e da alínea c) do n.º 2, ambos do artigo 3.º dos Estatutos da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamento e Animação Cultural, E.M., conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º do Código de Procedimento Administrativo, bem como nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto:

- Cometer à EGEAC a participação, na medida do valor dos patrocínios que obtenha para o evento, em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, na realização dos «Casamentos de Santo António», nas suas edições de 2015 e 2016, bem como a promoção de todas as iniciativas necessárias à concretização e divulgação do mesmo.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Deliberação n.º 107/CM/2015* (Proposta n.º 107/2015) - Subscrita pelo Vereador Fernando Medina:

2.ª Alteração Orçamento 2015

Pelouro: Vereador Fernando Medina.

Serviço: DMF.

Considerando a realização da 2.ª Alteração ao Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018 por despacho de Sua Ex.ª o Senhor Presidente da CMLisboa.

Proponho que a Câmara ratifique, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a alteração ao Orçamento 2015 e Grandes Opções de 2015-2018, conforme o despacho em anexo.

(Aprovada por maioria, com 11 votos a favor e 6 abstenções.)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º /P/2015

Considerando:

- A necessidade de integração em orçamento de diversas receitas cujas candidaturas foram entretanto aprovadas;
- A necessidade de assegurar dotações para a realização de diversas empreitadas, nomeadamente a Requalificação da Ribeira das Naus – Fase 2 e Ligação Pedonal Pátio B / Terraços Carmo;
- A necessidade de transferir dotações para as Juntas de Freguesia tendo em vista a concretização do Programa Integrado de Requalificação do Espaço Público;
- A necessidade de reafectar algumas dotações para a instalação da SALOC em Monsanto;
- A necessidade de reforçar a dotação para continuidade dos trabalhos de manutenção de espaços verdes e limpeza dos lagos e chafarizes;
- A necessidade de reafectar algumas dotações para o adequado ajustamento das mesmas à execução perspectivada pelos serviços.

Aprovo a 2ª Alteração ao Orçamento de 2015, de acordo com os quadros em anexo.

O presente despacho, exarado nos termos conjugados do estipulado nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL e do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deverá ser ratificado na próxima reunião camarária, nos termos da mesma disposição legal.

Paços do Concelho de Lisboa, em 20 de fevereiro de 2015.

O Presidente,

(António Costa)

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E CONTROLO FINANCEIRO

2ª ALTERAÇÃO
AO ORÇAMENTO DE 2015
E
GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2015-2018

Ao abrigo do D.L. 54-A/99 de 22 de Fevereiro (pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Pocal)

ÍNDICE

Síntese da Alteração ao Orçamento	
Alteração à Receita.....	
Alteração à Despesa.....	
Síntese por Natureza Económica/Orgânica.....	
Síntese por Grandes Agregados	
Discriminação das Alterações Propostas	
Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos.....	
Síntese por Objectivos.....	
Discriminação das Alterações Propostas	

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2015

SÍNTESE DA ALTERAÇÃO

EM EUROS

ORÇAMENTO ACTUAL	738.454.077
AJUSTAMENTOS	
RECEITAS	1.568.159
Reforços / Novas inscrições	1.697.064
Anulações	128.905
DESPESAS	1.568.159
Reforços	10.811.342
Anulações	9.243.183
ORÇAMENTO CORRIGIDO	740.022.236

ALTERAÇÃO À RECEITA

02ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2015

ALTERAÇÃO DA RECEITA

EM EUROS

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA		RECEITA			OBS.	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREV. INICIAIS	02ª ALT. ORÇAMENTAL			PREV. CORRIGIDA
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
06.03.07	Serviços e Fundos Autônomos					
06.03.07.05	Casino Lisboa - Imposto Especial Jogo	1.355.704		128.905	1.226.799	
06.03.07.06	Casino Lisboa - Contrapartida Anual	191.700	272.300		464.000	
06.03.11	Serv.e Fund.Aut.-Part.Comum.Proj.Co-Fin.					
06.03.11.34	Cartografia Geotécnica		46.000		46.000	
06.03.11.35	PAP-Vetorização Rede Pedonal		25.200		25.200	
06.09	RESTO DO MUNDO					
06.09.04	União Europeia - Países Membros					
06.09.04.29	Projeto SINERGI		13.859		13.859	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
10.01	SOC.E QUASE-SOC.NÃO FINANCEIRAS					
10.01.02	Privadas					
10.01.02.01	Ponte Ciclopedonal Sto. Condestável		265.000		265.000	
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
10.03.08	Serviços e Fundos Autônomos					
10.03.08.09	Casino Lisboa - Imposto Especial Jogo	5.228.436	128.905		5.357.341	
10.03.09	Serv.e Fund.Aut.-Part.Comum.Proj.Co-Fin.					
10.03.09.12	Veículos de Socorro e Combate a Incêndio		667.266		667.266	
10.03.09.23	Cartografia Geotácnica		1.200		1.200	
12	PASSIVOS FINANCEIROS					
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO					
12.06.04	Adm.Púb.-Adm.Central-Serv. Fundos Autôn.					
12.06.04.02	QREN-EQ/BEI - Empréstimo Quadro	40.425	277.334		317.759	
TOTAL DA ALTERAÇÃO			1.697.064	128.905		

ALTERAÇÃO À DESPESA

02ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2015

SÍNTESE POR NATUREZA ECONÓMICA/ORGÂNICA DA DESPESA

ORGÂNICA	Em euros				
	DOTAÇÕES			VARIAÇÕES	
	REFORÇOS	ANULAÇÕES	DIFERENÇA	CORRENTES	CAPITAL
01 ADM. AUTARQUICA		4.586	-4.586	-4.586	
01.01 Assembleia Municipal		4.586	-4.586	-4.586	
02 U. COORDENAÇÃO TERRITORIAL	399.988	399.988			
02.00 Unidade de Coordenação Territorial	399.988	399.988			
03 SECRETARIA GERAL	156.699	144.260	12.439	4.839	7.600
03.00 Secretaria Geral	22.689	10.250	12.439	12.439	
03.01 D. Marca e Comunicação	21.000	21.000		-600	600
03.02 D. Jurídico	99.500	99.500			
03.03 D. Apoio aos Órgãos Serviços Município	13.510	13.510		-7.000	7.000
04 DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS	4.059.889	5.926.983	-1.867.094	-170.269	-1.696.825
04.00 Direção	4.059.889	5.911.239	-1.851.350	-154.525	-1.696.825
04.04 Central de Compras Municipal		15.744	-15.744	-15.744	
05 D.M. DE RECURSOS HUMANOS	32.644	32.014	630	630	
05.00 Direção	450	50	400	400	
05.01 D. de Gestão de Recursos Humanos	17.650		17.650	17.650	
05.02 D. de Desenvolvimento e Formação	8.630	1.500	7.130	5.130	2.000
05.03 D. Saúde, Higiene e Segurança	5.914	30.464	-24.550	-22.550	-2.000
06 D. MODERNIZAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	94.376		94.376		94.376
07 D.M. PLANEAM. REABILIT. E GESTÃO URBANA	153.744	106.544	47.200	56.706	-9.506
07.00 Direção	58.639	11.043	47.596	57.439	-9.843
07.02 D. Política de Solos e Valorização	91.386	88.868	2.518	2.518	
07.03 D. Planeam. e Reab. Urbana	68		68	68	
07.04 D. Informação Geográfica e Cadastro	3.314	5.832	-2.518	-2.518	
07.05 D. de Gestão Urbanística	337	801	-464	-801	337
08 D.M. DE PROJETOS E OBRAS	2.748.971	169.405	2.579.566	169.639	2.409.927
08.00 Direção	885.100		885.100	115.100	770.000
08.01 D. Const. Manut. Infra-Estruturas e V. P	700.000		700.000		700.000
08.02 D. de Construção e Manutenção Habitação	47.120	653	46.467		46.467
08.03 D. de Construção e Manutenção Equip.	790.142	168.752	621.390		621.390
08.04 D. Instalações Elétricas e Mecânicas	326.609		326.609	54.539	272.070
09 D.M. DE PROTEÇÃO CIVIL E SOCORRO	33.210		33.210		33.210
09.01 D. de Proteção Civil	33.210		33.210		33.210
10 REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS	808.751	56.000	752.751		752.751
13 D.M. DE HABITAÇÃO E DESENV. SOCIAL	352.083	269.716	82.367	-229.145	311.512
13.01 D. de Política de Habitação	323.233	53.056	270.177	-41.335	311.512
13.02 D. de Gestão da Habitação Municipal	50	213.060	-213.010	-213.010	

02ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2015

SÍNTESE POR NATUREZA ECONÓMICA/ORGÂNICA DA DESPESA

ORGÂNICA				Em euros	
	DOTAÇÕES			VARIAÇÕES	
	REFORÇOS	ANULAÇÕES	DIFERENÇA	CORRENTES	CAPITAL
13.03 D. Desenvolvimento Social	28.800	3.600	25.200	25.200	
14 D. M. DE AMBIENTE URBANO	843.761	578.761	265.000		265.000
14.01 D. Ambiente e Espaço Público	843.761	578.761	265.000		265.000
15 D. M. MOBILIDADE E TRANSPORTES		700.000	-700.000		-700.000
15.00 Direção		200.000	-200.000		-200.000
15.01 D. Planeam. Mobilidade e Transportes		500.000	-500.000		-500.000
16 D. M. CULTURA	601.000	328.700	272.300	133.358	138.942
16.00 Direção	484.705	244.405	240.300	111.395	128.905
16.01 D. de Património Cultural	17.484	45.484	-28.000	-45.484	17.484
16.02 D. de Ação Cultural	98.811	38.811	60.000	67.447	-7.447
18 D. M. DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO	526.226	526.226		-51.007	51.007
18.01 D. de Educação	139.627	139.627		-51.007	51.007
18.02 D. de Desporto	386.599	386.599			
TOTAL	10.811.342	9.243.183	1.568.159	-89.835	1.657.994

02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2015

SÍNTESE POR GRANDES AGREGADOS

Em Euros

1 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES	DOTAÇÃO ATUAL		ALTERAÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA		
	DEF.	A DEF.		TOTAL	DEF.	A DEF.
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA	176.131.537	34.321.553	2.031.643	211.817.467	178.163.180	33.654.287
A1 CIDADE DE BAIRROS	4.784.621	2.384.287	186.827	7.355.735	4.971.448	2.384.287
A2 GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA	86.037.390	2.685.000	602.907	89.325.297	86.640.297	2.685.000
A3 CIDADE SEGURA	1.878.976	667.266	790.401	2.669.377	2.669.377	
A4 SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE	83.430.550	28.585.000	451.508	112.467.058	83.882.058	28.585.000
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA	732.954			732.954	732.954	
B1 CIDADE DO TRABALHO E DA CRIAÇÃO EMPREGO	359.784			359.784	359.784	
B2 CIDADE DA INOVAÇÃO	50.000			50.000	50.000	
B3 CIDADE ABERTA ÀS EMPRESAS	178.923			178.923	178.923	
B4 CIDADE DO COMÉRCIO	144.247			144.247	144.247	
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA	63.801.657	6.621.432	190.383	70.250.412	63.992.040	6.258.372
C1 DIREITO À HABITAÇÃO	24.233.881	2.363.060	387.406	26.621.287	24.621.287	2.000.000
C2 DIREITO À EDUCAÇÃO	29.599.514	1.445.830	-20.105	31.025.239	29.579.409	1.445.830
C3 DIREITOS SOCIAIS	811.155	2.402.206	3.500	3.216.861	814.655	2.402.206
C4 DIREITOS À SAÚDE, DESPORTO E BEM-ESTAR	3.161.089	400.000	-11.028	3.550.061	3.150.061	400.000
C5 CIDADE SOLIDÁRIA, INTERGERACIONAL E COES	5.996.018	10.336	-169.390	5.836.964	5.826.628	10.336
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL	95.808.721	10.423.915	-894.595	105.262.841	94.914.126	10.348.715
D1 CIDADE REABILITADA E REABITADA	81.605.843	47.200	-2.348.198	79.257.645	79.257.645	
D2 ESPAÇO PÚBLICO AMIGÁVEL	7.700.667	9.509.140	770.000	17.979.807	8.470.667	9.509.140
D3 CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS	4.759.359	717.575	775.215	6.224.149	5.534.574	689.575
D4 CIDADE ECOLÓGICA	1.407.852	150.000	-91.612	1.466.240	1.316.240	150.000
D5 CIDADE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	335.000			335.000	335.000	
EIXO E - LISBOA GLOBAL	27.915.692	1.661.020	240.878	29.428.590	28.156.570	1.272.020
E1 CIDADE DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE	23.460.325	639.000	240.878	23.951.203	23.701.203	250.000
E2 CIDADE DO DIÁLOGO DA INTERCULTURALIDADE	448.967			448.967	448.967	
E3 CIDADE DO TURISMO	3.587.423	1.022.020		4.609.443	3.587.423	1.022.020
E5 CIDADE METROPOLITANA	50.904		7.250	58.154	58.154	
E6 CIDADE EM REDE	368.073		-7.250	360.823	360.823	
TOTAL	364.390.561	53.027.920	1.568.309	417.492.264	365.958.870	51.533.394
2 - FUNCIONAMENTO	374.063.516		-150		374.063.366	
3 - ORÇAMENTO	738.454.077		1.568.159		740.022.236	

*ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E
PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES
DE 2015*

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS			OBS.
	PLANO ANUAL		ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
	FUNC.				REF.	ANUL.		
01.01 A.M.		-4.586	-4.586					
02.02.10	Transportes	0	-4.586	0	40.000	0	4.586	35.414
TOTAL								

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

EM EUROS

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA		ORÇ.	ACUMULADOS		OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.		DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS REF. ANUL.	
02.00 U.C.T.	0	0	0	0		
02.01.07 Vestuário e Artigos Pessoais						
02.02.10 Transportes	0	6.200	0	0	6.200	6.200
07.01.04.01.09 Outros	0	-6.200	0	10.000	0	3.800
A2.P002.43 OP 2014 - Reab.R.Ed.Malta-Instal.Mob Urbano	-60.000	0	0	60.000	0	0
A4.P002.11 Programa Integrado Requalif. Espaço Público	-333.788	0	0	1.500.000	9.082	1.159.967
08.05.01.01.01 Protocolos de Transf. de Competências						
A2.P002.43 OP 2014 - Reab.R.Ed.Malta-Instal.Mob Urbano	150.000	0	0	0	150.000	150.000
A4.P002.11 Programa Integrado Requalif. Espaço Público	243.788	0	0	30.000	243.788	243.788

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
					REF.	ANUL.			
03.00 S.G.	12.439	0	12.439						EM EUROS
01.02.04 Ajudas de Custo									

A2.P003.08 Projeto SINERGI	0	-1.500	0	80.000	652	1.500	79.152		
02.01.21 Outros Bens	939	0	0	0	939	0	939		

02.02.13 Deslocações e Estadas	0	750	0	0	750	0	750		
A2.P003.08 Projeto SINERGI	11.500	0	0	0	11.500	0	11.500		
E6.P006.01 Atividades Internacionais	-8.750	0	0	170.000	634	12.461	158.173		
02.02.20.02 Entidades Coletivas									
E5.P002.01 Ativid.Institucionais e Intermunicipais	250	0	0	0	460	0	460		
02.02.25.02 Entidades Coletivas									

04.08.02 Outras	0	750	0	0	750	0	750		
E6.P006.01 Atividades Internacionais	1.500	0	0	1.000	1.500	0	2.500		
06.02.03.03 Outras									
E5.P002.01 Ativid.Institucionais e Intermunicipais	7.000	0	0	13.500	7.000	0	20.500		

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

EM EUROS

CLASS. ORÇAMENTAL				ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
PLANO ANUAL		FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.			
					REF.	ANUL.				
03.01 D.M.C.				600	-600	0				
02.01.07 Vestuário e Artigos Pessoais										
02.01.08 Material de Escritório				0	1.000	0	0	1.000	0	1.000
02.01.18 Livros e Documentação Técnica				0	250	0	0	250	0	250
02.01.21 Outros Bens				0	150	0	0	150	0	150
02.02.03 Conservação de Bens				0	-5.000	0	10.000	0	5.000	5.000
02.02.12 Seguros				0	-2.000	0	10.000	0	2.750	7.250
02.02.20.02 Entidades Coletivas				0	1.000	0	0	1.488	0	1.488
02.02.25.02 Entidades Coletivas				0	-14.000	0	50.000	2.952	14.000	38.952
07.01.09.01 Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont				0	18.000	0	30.000	18.000	0	48.000
A2_P008.03 Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais				600	0	0	0	600	0	600

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		
					REF.	ANUL.	
EM EUROS							

EM EUROS

03.02 D.J.		0	0	0			
02.01.18 Livros e Documentação Técnica							
02.02.14.01 Entidades Individuais	0	3.500	0	250	3.500	0	3.750
02.02.14.02 Entidades Coletivas	0	21.000	0	0	50.192	0	50.192
06.02.03.03 Outras	0	-99.500	0	185.000	131.807	99.500	217.307
	0	75.000	0	200.000	75.000	0	275.000

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
					REF.	ANUL.			
03.03 D.A.O.S.M.	7.000	-7.000	0						EM EUROS
02.01.01 Matérias Primas e Subsidiárias									
-----	0	-13.510	0	80.000	15.890	13.510	82.380		
02.01.08 Material de Escritório									
-----	0	460	0	9.000	460	0	9.460		
02.01.18 Livros e Documentação Técnica									
-----	0	2.150	0	0	2.200	0	2.200		
02.02.10 Transportes									
-----	0	1.200	0	500	1.200	0	1.700		
02.02.13 Deslocações e Estadas									
-----	0	1.200	0	0	1.200	0	1.200		
02.02.25.02 Entidades Coletivas									
-----	0	1.500	0	20.000	1.500	0	21.500		
07.01.09.01 Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont									
A2.P008.03 Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais	7.000	0	0	20.000	7.000	0	27.000		

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
					REF.	ANUL.			
04.00 D.M.F.	-1.851.350		-1.851.350						EM EUROS
02.02.20.02 Entidades Coletivas									
A4.P005.01 Aquisição de Serviços Valorsul	474.889	0	0	770.000	474.889	0	1.244.889		
06.02.03.03 Outras									
D1.P007.08 Regularização de dívidas	-629.414	0	0	19.116.514	0	9.274.712	9.841.802		
07.01.04.01.01 Viadutos, Arruam. e Obras Complementares									
D1.P007.07 Processos Judiciais	3.585.000	0	0	4.416.468	3.585.000	0	8.001.468		
07.01.15.01 Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.									
D1.P007.08 Regularização de dívidas	-5.281.825	0	0	30.182.412	5.692.929	5.281.825	30.593.516		

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL		ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
		ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA		ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.
		PLANO ANUAL	FUNC.			REF.	ANUL.	
04.04 C.C.M.			-15.744	-15.744				
02.02.13	Deslocações e Estadas	0	-12.163	0	0	12.169	12.163	6
02.02.25.02	Entidades Coletivas	0	-3.581	0	3.000	6.236	3.581	5.655

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL		ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
	FUNC.				REF.	ANUL.			
05.00 D.M.R.H.		400		400					

02.01.15 Prémios, Condecorações e Ofertas

0 300 0 0 300 0 300

02.01.18 Livros e Documentação Técnica

0 100 0 0 100 0 100

02.02.10 Transportes

0 50 0 0 50 0 50

02.02.25.02 Entidades Coletivas

0 -50 0 500 0 50 450

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

		EM EUROS						
CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			DOT. INICIAL	ACUMULADOS		DOT. CORRIG.	OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.		AJUSTAMENTOS REF.	ANUL.		
05.01 D.G.R.H.		17.650	17.650					
02.02.17 Publicidade	0	10.000	0	2.000	10.021	0	12.021	
02.02.20.02 Entidades Coletivas	0	1.000	0	0	1.000	0	1.000	
02.02.25.02 Entidades Coletivas	0	6.650	0	0	6.650	0	6.650	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS			OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
					REF.	ANUL.		
05.02 D.D.F.	7.130		7.130					
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias							
A2.P009.01	Escola de Jardinagem	200	0	0	0	200	0	200
02.02.15	Formação							
A2.P009.03	Formação Externa	5.630	0	0	3.250	5.630	0	8.880
02.02.25.02	Entidades Coletivas							
A2.P009.02	Formação Interna	800	0	0	0	800	0	800
A2.P009.04	CNO - Centro Novas Oportunidades da CML	-1.000	0	0	1.000	0	1.000	0
04.08.02	Outras							
A2.P009.08	Estágios	-500	0	0	500	0	500	0
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.							
A2.P008.03	Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais	2.000	0	0	0	2.000	0	2.000

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL				ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.	EM EUROS
PLANO ANUAL		FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.				
					REF.	ANUL.					
05.03 D.S.H.S.				-1.536	-23.014	-24.550					
02.01.02.03 Outros											
A2.P008.05 Refeitórios Municipais				-1.550	0	0	13.500	451	1.550	12.401	
02.01.15 Prêmios, Condecorações e Ofertas											
				0	-11.000	0	35.000	10.368	11.000	34.368	
02.02.03 Conservação de Bens											
				0	2.000	0	7.000	2.000	0	9.000	
02.02.08 Locação de Outros Bens											
				0	1.000	0	0	1.000	0	1.000	
02.02.14.02 Entidades Coletivas											
				0	600	0	500	600	0	1.100	
02.02.19 Assistência Técnica											
A2.P008.05 Refeitórios Municipais				2.014	0	0	5.000	14.068	0	19.068	
02.02.25.02 Entidades Coletivas											
				0	-15.614	0	25.000	0	15.614	9.386	
07.01.03.01.06 Outros											
A2.P008.07 Higiene, Segurança e Postos Médicos				-2.300	0	0	15.630	0	3.612	12.018	
07.01.10.01 Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.											
A2.P008.03 Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais				300	0	0	0	300	0	300	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS
	PLANO ANUAL		ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
	FUNC.	REF.			ANUL.				
06.00 D.M.S.I.	94.376		94.376						EM EUROS
07.01.07.01 Equip. Informática - Adm.Local - Cont									
A2.P005.01 Gestão Global Parque Informático CML	4.586	0	0	600.000	4.586	6.344	598.242		
A2.P005.06 Modernização SI Corporativos da CML	89.790	0	0	120.000	89.790	0	209.790		

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

EM EUROS

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
					REF.	ANUL.		
07.00 D.M.P.R.U.	47.200	396	47.596					
02.02.10 Transportes								

02.02.20.02 Entidades Coletivas								
D1.P007.09 Cartografia Geotécnica	46.000	0	0	105.085	46.000	0	151.085	
D1.P007.99 Ações em avaliação	11.043	0	0	227.848	11.043	69.520	169.371	
07.01.04.01.09 Outros								
A1.P001.99 Ações em avaliação	-11.043	0	0	784.287	0	11.043	773.244	
07.01.07.01 Equip. Informática - Adm.Local - Cont.								
D1.P007.09 Cartografia Geotécnica	1.200	0	0	3.000	1.200	0	4.200	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL		ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.	EM EUROS
		PLANO ANUAL		FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
		ANUAL					REF.	ANUL.			
07.02 D.P.S.V.		0	2.518	2.518							
02.01.18	Livros e Documentação Técnica										
		0	2.000	0	0	2.000	0	2.000			
02.01.21	Outros Bens										
		0	2.000	0	0	2.000	0	2.000			
02.02.04	Locação de Edifícios										
		0	-71.076	0	2.320.000	9.297	71.076	2.258.221			
02.02.25.01	Entidades Individuais										
		0	2.518	0	0	2.518	0	2.518			
02.02.25.02	Entidades Coletivas										
		0	60.000	0	110.000	65.535	0	175.535			
04.08.02	Outras										
		0	7.076	0	0	7.076	0	7.076			
07.01.01.01	Terrenos - Adm.Local - Continente										
D1.P007.03	Aquisição de Terrenos e Edifícios	-17.792	0	0	10.184.000	0	1.120.407	9.063.593			
07.01.02.01.02	Reparação e Beneficiação										
C1.P005.05	Reparações / Benef. Património Municipal	17.542	0	0	5.000	17.542	0	22.542			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.										
A2.P008.03	Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais	250	0	0	0	250	0	250			

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL		ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
		PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		
						REF.	ANUL.	
07.03 D.P.R.U.		68	68	68				
02.01.21	Outros Bens							
		0	48	0	0	48	0	48
02.02.13	Deslocações e Estadas							
		0	20	0	0	20	0	20

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL		ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
		PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		
						REF.	ANUL.	
07.04 D.I.G.C.		-2.518		-2.518				
02.02.20.02	Entidades Coletivas							
A2.P005.21	Sistema de Informação Urbana	-5.832	0	0	6.150	0	5.832	318
06.02.03.03	Outras							
D1.P007.01	Inst.Gestão Territorial-Cartografia Digital	3.314	0	0	0	3.314	0	3.314

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
					REF.	ANUL.			
07.05 D.G.U.	337	-801	-464						
02.02.08 Locação de Outros Bens									

07.01.10.01 Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	0	-801	0	1.000	0	801	199		
A2P008.03 Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais	337	0	0	0	337	0	337		

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
					REF.	ANUL.			
08.00 D.M.P.O.	840.100	45.000	885.100						
02.01.07 Vestuário e Artigos Pessoais									
A1.P004.01 Brigadas de Intervenção do DCMH	70.100	0	0	0	70.100	0	70.100		
02.02.10 Transportes									
07.01.04.01.09 Outros	0	45.000	0	0	45.000	0	45.000		
D2.P001.03 Ribeira das Naus	770.000	0	0	0	1.032.305	0	1.032.305		

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		
					REF.	ANUL.	
08.01 D.C.M.I.E.V.P.	700.000		700.000				
07.01.04.01.09 Outros							
A2.P002.24 OP 2013 - Lisboa Acessível	500.000	0	0	0	500.000	0	500.000
A2.P002.39 OP 2014 - Mobilidade p/ T.d. em Benfica	200.000	0	0	0	200.000	0	200.000

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
					REF.	ANUL.		
08.02 D.C.M.H.	46.467		46.467					
07.01.02.01.02 Reparação e Beneficiação								
C1.P003 REABILITAR PATRIMÓNIO HABITACIONAL-PIPARU	-653	0	0	8.798.874	0	170.297	8.628.577	
07.01.03.01.03 Equipamentos Sociais								
C5.P009.12 Outros Equip.Sociais-Intervenções Diversas	47.120	0	0	100	47.120	0	47.220	

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS			OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
					REF.	ANUL.		
08.03 D.C M.E.	621.390		621.390					
07.01.03.01.01 Infraestruturas Culturais								
E1.P003 REABILITAR EQUIPAMENTO CULTURAL - PIPARU	3.019	0	0	5.625.550	341.439	0	5.966.989	
07.01.03.01.02 Equipamentos de Educação								
C2.P002 PROGRAMA "ESCOLA NOVA" - PIPARU	-3.019	0	0	16.025.146	0	1.112.732	14.912.414	
07.01.03.01.03 Equipamentos Sociais								
C1.P007.03 Padre Cruz	174.467	0	0	729.735	174.467	364.850	539.352	
07.01.03.01.05 Infraest. Abastecim.e Controlo Sanitário								
A4.P011 EQUIPAMENTOS DIVERSOS - PIPARU	-165.733	0	0	897.541	0	166.338	731.203	
07.01.03.01.06 Outros								
A2.P008.02 Instalações dos Serviços - PIPARU	152.587	0	0	1.760.925	152.587	0	1.913.512	
07.01.04.01.09 Outros								
A4.P011 EQUIPAMENTOS DIVERSOS - PIPARU	13.799	0	0	828.218	65.553	0	893.771	
D3.P001.06 Ligação Pedonal Pátio B / Terraços Carmo	446.270	0	0	1.727.500	536.413	0	2.263.913	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS			OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
					REF.	ANUL.		
08.04 D.I.E.M.	326.609		326.609					
02.02.03 Conservação de Bens								
A4P002.14 Gestão Urbana - Parque das Nações	54.539	0	0	0	54.539	0	54.539	
07.01.03.01.06 Outros								
A2P008.01 Instalações dos Serviços	126.984	0	0	200.000	217.046	51.023	366.023	
A4P002.14 Gestão Urbana - Parque das Nações	75.106	0	0	0	75.106	0	75.106	
07.01.04.01.09 Outros								
D3 P001.06 Ligação Pedonal Pátio B / Terraços Carmo	38.745	0	0	0	38.745	0	38.745	
07.01.10.01 Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.								
A2P008.01 Instalações dos Serviços	31.235	0	0	0	31.235	0	31.235	

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS			OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
					REF.	ANUL.		
09.01 D.P.C.	33.210		33.210					
07.01.10.01 Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.								
A2.P008.01 Instalações dos Serviços	33.210	0	0	0	33.210	0	33.210	

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL				ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
				PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.
								REF.	ANUL.	
10.00 R.S.B.				770.401	-17.650	752.751				
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias			0	1.000	0	1.500	1.000	0	2.500
02.01.02.03	Outros			0	250	0	32.000	33.025	0	65.025
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas			0	250	0	0	1.302	0	1.302
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais			0	-17.650	0	25.000	0	17.650	7.350
A3.P004.04	Equipamento e Fardamento			17.650	0	0	350.000	27.400	0	377.400
02.01.12	Material de Transporte - Peças			0	-980	0	980	0	980	0
02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro			0	2.500	0	0	2.500	0	2.500
02.01.15	Prêmios, Condecorações e Ofertas			0	1.500	0	0	1.500	0	1.500
02.01.17	Ferramentas e Utensílios			0	500	0	0	500	0	500
02.01.18	Livros e Documentação Técnica			0	100	0	0	100	0	100
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio			0	500	0	0	500	0	500
02.01.21	Outros Bens			0	-5.620	0	15.000	0	5.620	9.380

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

EM EUROS

CLASS. ORÇAMENTAL				ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.				
				REF.	ANUL.					
02.02.03	Conservação de Bens	0	6.000	0	249.895	6.699	42.219	214.375		
02.02.08	Locação de Outros Bens	0	-500	0	4.550	0	500	4.050		
02.02.11	Representação dos Serviços	0	1.000	0	2.400	1.000	0	3.400		
02.02.12	Seguros	0	250	0	42.705	287	0	42.992		
02.02.19	Assistência Técnica	0	-11.250	0	11.840	0	11.250	590		
02.02.20.02	Entidades Coletivas	0	4.500	0	26.180	4.577	0	30.757		
07.01.03.01.06	Outros	-20.000	0	0	120.000	0	20.000	100.000		
A2.P008.05	Refeitórios Municipais	20.000	0	0	0	21.000	0	21.000		
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	667.266	0	0	180.734	667.266	0	848.000		
A3.P004.07	Rede, Marcos Água, Bocas Incêndio e Outras	85.485	0	0	0	85.964	0	85.964		
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.									
A3.P004.02	Prevenção e Gestão de Risco-Outros Equip.									
A3.P004.03	Rede de Comunicações									

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS			OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
					REF.	ANUL.		
13.01 D.P.H	270.177	0	270.177					EM EUROS
02.01.07 Vestuário e Artigos Pessoais								
C1.P005.05 Reparações / Benef. Património Municipal	2.000	0	0	0	2.000	0	2.000	
02.01.17 Ferramentas e Utensílios								
-----	0	-50	0	275	0	50	225	
02.01.21 Outros Bens								
-----	0	50	0	0	50	0	50	
C1.P005.05 Reparações / Benef. Património Municipal	1.000	0	0	0	1.000	0	1.000	
02.02.25.02 Entidades Coletivas								
A2.P003.08 Projeto SINERGI	8.671	0	0	0	8.671	0	8.671	
04.05.01.01.02 Protocolos de Transf. de Competências								
A2.P003.01 Programa BIP/ZIP - Anos Anteriores	-30.000	0	0	30.000	0	30.000	0	
A2.P003.02 Programa BIP/ZIP 2014	-3.960	0	0	226.952	0	3.960	222.982	
04.07.01 Instituições sem Fins Lucrativos								
A2.P003.01 Programa BIP/ZIP - Anos Anteriores	-13.650	0	0	15.000	0	13.650	1.350	
A2.P003.02 Programa BIP/ZIP 2014	-5.396	0	0	803.383	0	5.396	797.987	
07.01.02.01.02 Reparação e Beneficiação								
C1.P005.05 Reparações / Benef. Património Municipal	55.000	0	0	142.355	122.937	0	265.292	
07.01.04.01.09 Outros								
C1.P007.01 Boavista	102.867	0	0	193.074	162.757	8.717	347.114	
07.01.10.01 Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.								
C1.P005.01 Torres do Alto da Eira	7.590	0	0	10.000	7.590	0	17.590	
08.01.01.01 Empresas Municipais e Intermunicipais								
C1.P005.04 Conservação de Bairros Municipais	27.593	0	0	0	27.593	0	27.593	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
					REF.	ANUL.			
08.05.01.01.01 Protocolos de Transf. de Competências									
A2.P001.01 Transferência Competências (Protocolos JF)	40.000	0	0	1	40.000	0	40.001		
A2.P003.07 Programa BIP/ZIP 2015	78.462	0	0	122.475	78.462	78.462	122.475		

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL				ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
PLANO ANUAL		FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.			
					REF.	ANUL.				
13.02 D.G.H.M.				-213.010	0	-213.010				
02.01.17	Ferramentas e Utensílios			0	50	0	0	50	0	50
02.02.10	Transportes			0	-50	0	119	0	50	69
04.08.02	Outras			-213.010	0	0	1.799.420	0	213.010	1.586.410

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL				ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
PLANO ANUAL		FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.			
					REF.	ANUL.				
14.01 D.A.E.P.				267.700	-2.700	265.000				
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias									
				0	-6.409	0	15.000	0	10.548	4.452
02.01.21	Outros Bens									
A4.P007.01	Conservação e Manutenção Infraestruturas			-8.235	0	0	200.000	0	105.099	94.901
02.02.10	Transportes									
				0	-24.500	0	0	27.500	24.500	3.000
02.02.12	Seguros									
				0	1.600	0	0	1.600	0	1.600
A1.P006.03	Parques Infantis e Juvenis			2.000	0	0	0	2.000	0	2.000
02.02.13	Deslocações e Estadas									
				0	27.500	0	0	34.475	0	34.475
02.02.14.02	Entidades Coletivas									
A4.P003.01	Manutenção de Espaços Verdes			10.935	0	0	0	10.935	0	10.935
02.02.19	Assistência Técnica									
				0	-891	0	5.000	0	5.000	0
02.02.25.02	Entidades Coletivas									
A4.P002.05	Lagos e Chafarizes			155.000	0	0	0	155.000	0	155.000
A4.P002.14	Gestão Urbana - Parque das Nações			-335.000	0	0	700.000	20.259	555.058	165.201
A4.P003.01	Manutenção de Espaços Verdes			180.000	0	0	5.000.000	346.673	0	5.346.673
06.02.03.03	Outras									
D4.P004.01	Qualificação Parâmetros Ambientais Cidade			-2.000	0	0	2.140	0	2.000	140
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares									
A4.P002.11	Programa Integrado Requalif. Espaço Público			-8.750	0	0	9.300	0	8.750	550

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

EM EUROS

CLASS. ORÇAMENTAL		ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
		PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
						REF.	ANUL.			
D1.P002.03	Av.Rovisco Pais/ Av. Duque D'Ávila	-65.724	0	0	1.000.000	0	65.724	934.276		
07.01.04.01.04 Parques e Jardins										
A4.P002.11	Programa Integrado Requalif. Espaço Público	25.737	0	0	0	315.681	0	315.681		
A4.P003.01	Manutenção de Espaços Verdes	1.845	0	0	0	35.439	0	35.439		
D4.P001.09	Chelas	640	0	0	0	35.063	0	35.063		
D4.P002.12	Jardim das Damas	-90.252	0	0	268.000	0	90.252	177.748		
07.01.04.01.09 Outros										
A4.P002.05	Lagos e Chafarizes	-37.000	0	0	312.000	0	225.950	86.050		
A4.P002.11	Programa Integrado Requalif. Espaço Público	6.191	0	0	30.000	6.191	27.540	8.651		
A4.P003.01	Manutenção de Espaços Verdes	984	0	0	0	984	0	984		
D3.P001.20	Ponte Ciclopedononal Sto. Condestável	265.000	0	0	0	265.000	0	265.000		
07.01.10.01 Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.										
A1.P006.03	Parques Infantis e Juvenis	91.329	0	0	0	91.329	0	91.329		
A4.P002.14	Gestão Urbana - Parque das Nações	75.000	0	0	0	75.000	0	75.000		

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.	
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS			DOT. CORRIG.
					REF.	ANUL.		
EM EUROS								
15.00 D.M.M.T.	-200.000		-200.000					
08.05.01.01.01 Protocolos de Transf. de Competências								
A2.P002.39 OP 2014 - Mobilidade p/ Td. em Benfica	-200.000	0	0	200.000	0	200.000	0	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS			OBS.
	PLANO ANUAL		ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
	FUNC.				REF.	ANUL.		
15.01 D.P.M.T.	-500.000		-500.000					
07.01.04.01.09 Outros								
A2.P002.24 OP 2013 - Lisboa Acessível	-500.000	0	0	500.000	0	500.000	0	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL		ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
		PLANO ANUAL		ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
		FUNC.				REF.	ANUL.			
16.00 D.M.C.		240.300		240.300						
02.01.16	Mercadorias p/ Venda									
E1.P002.04	MUDE - Atividades	-4.000	0	0	30.000	0	4.000	26.000		
E1.P002.10	Museu Rafael Bordalo Pinheiro	4.000	0	0	5.000	4.993	0	9.993		
E1.P002.13	Museu Aljube	2.000	0	0	10.000	2.000	0	12.000		
E1.P002.22	Museu Lisboa - Santo António - Atividades	-2.000	0	0	30.000	0	2.000	28.000		
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio									
E1.P002.13	Museu Aljube	2.000	0	0	0	2.000	0	2.000		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares									
E1.P001.04	Comemorações de Efemérides	500	0	0	25.000	500	15.379	10.121		
E1.P002.04	MUDE - Atividades	272.300	0	0	320.700	282.436	9.599	593.537		
E1.P002.13	Museu Aljube	-155.905	0	0	290.000	0	155.905	134.095		
E1.P002.22	Museu Lisboa - Santo António - Atividades	-32.000	0	0	63.000	0	32.246	30.754		
02.02.19	Assistência Técnica									
E1.P012.11	Outros Equipamentos Culturais	-500	0	0	12.000	0	500	11.500		
02.02.25.01	Entidades Individuais									
E1.P002.13	Museu Aljube	25.000	0	0	0	25.000	0	25.000		
07.01.03.01.01	Infraestruturas Culturais									
E1.P002.13	Museu Aljube	90.000	0	0	0	90.000	0	90.000		
07.01.04.01.09	Outros									
E1.P004.01	Museu Lisboa - Núcleo Arqueológico-Casa Bicos	-50.000	0	0	130.000	0	51.814	78.186		
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm. Local - Cont.									
E1.P002.13	Museu Aljube	23.000	0	0	0	23.000	0	23.000		
07.01.08.01	Software Informático - Adm. Local - Cont.									

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL		ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
		PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
						REF.	ANUL.			
E1.P002.13	Museu Aljube	1.800	0	0	0	1.800	0	1.800		
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont									
E1.P002.13	Museu Aljube	10.000	0	0	0	10.000	0	10.000		
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.									
E1.P002.13	Museu Aljube	4.105	0	0	0	4.105	0	4.105		
E1.P002.20	Museu Lisboa - Palácio Pimenta - Atividades	50.000	0	0	0	50.000	0	50.000		

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
					REF.	ANUL.		
16.01 D.P.C.	-28.000		-28.000					
02.02.19 Assistência Técnica								
E1.P012.05 Arquivos Municipais	-45.484	0	0	285.000	42.943	46.374	281.569	
07.01.03.01.01 Infraestruturas Culturais								
E1.P004.99 Outros Equipamentos Culturais	17.484	0	0	98.000	17.484	2.192	113.292	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL				ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			EM EUROS
				PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		OBS.
								REF.	ANUL.	DOT. CORRIG.
16.02 D.A.C.				60.000		60.000				
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias									
A1.P006.02	Bibliotecas Municipais			-2.000	0	0	2.000	0	2.000	0
02.01.15	Prêmios, Condecorações e Ofertas									
A1.P006.02	Bibliotecas Municipais			-1.614	0	0	3.000	0	1.614	1.386
02.01.17	Ferramentas e Utensílios									
A1.P006.02	Bibliotecas Municipais			-1.500	0	0	1.500	0	1.500	0
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio									
E1.P012.09	Livraria Municipal			-8.754	0	0	8.754	0	8.754	0
02.01.21	Outros Bens									
A1.P006.02	Bibliotecas Municipais			-4.043	0	0	15.000	0	7.686	7.314
02.02.03	Conservação de Bens									
A1.P006.02	Bibliotecas Municipais			-3.900	0	0	10.000	0	3.900	6.100
02.02.10	Transportes									
A1.P006.02	Bibliotecas Municipais			11.042	0	0	24.628	11.042	0	35.670
02.02.19	Assistência Técnica									
A1.P006.02	Bibliotecas Municipais			15.769	0	0	8.000	15.769	0	23.769
02.02.20.02	Entidades Coletivas									
A1.P006.02	Bibliotecas Municipais			30.447	0	0	20.000	30.447	0	50.447
02.02.25.02	Entidades Coletivas									
E1.P005.01	Hemeroteca Municipal			32.000	0	0	0	32.000	0	32.000
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.									
A1.P006.02	Bibliotecas Municipais			5.032	0	0	35.000	5.032	1.075	38.957
A1.P006.08	Bibliotecas - Penha França			-17.000	0	0	17.000	0	17.000	0

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL		FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.	
						REF.	ANUL.		
E1.P005.01 Hemeroteca Municipal	2.313	0	0	0	2.000	2.313	0	4.313	
07.01.15.01 Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.									
A1.P006.02 Bibliotecas Municipais	2.208	0	0	0	0	3.283	0	3.283	

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL					ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS			OBS.
					PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS	DOT. CORRIG.		
									REF.	ANUL.		
18.01 D.E.					-1.000	1.000	0					
02.01.05 Alimentação - Refeições Confeccionadas												
					0	100	0	0	100	0	100	
C2.P009.01 Refeições Escolares					-99.627	0	0	8.069.411	0	99.627	7.969.784	
02.01.21 Outros Bens												
					0	100	0	0	100	0	100	
02.02.01 Encargos das Instalações												
A4.P010.04 Quinta Pedagógica					300	0	0	0	300	0	300	
02.02.03 Conservação de Bens												
A4.P010.04 Quinta Pedagógica					150	0	0	0	150	0	150	
02.02.10 Transportes												
					0	400	0	0	400	0	400	
C2.P004.02 Subsídios Transporte Escolar					87.000	0	0	40.000	87.000	0	127.000	
02.02.13 Deslocações e Estadas												
					0	150	0	0	168	0	168	
02.02.25.02 Entidades Coletivas												
A4.P010.04 Quinta Pedagógica					170	0	0	0	170	0	170	
C2.P008.01 Promoção da Música - Sol Maior					-40.000	0	0	45.343	0	44.428	915	
06.02.03.03 Outras												
					0	250	0	0	250	0	250	
07.01.03.01.02 Equipamentos de Educação												
A4.P010.05 Manutenção e Conservação Parque Escolar					21.481	0	0	35.000	24.423	0	59.423	
C2.P003.02 Requalif.do Pq. Escolar - EB1 N.º 120 - Laranj.					18.026	0	0	85.575	18.026	0	103.601	
07.01.09.01 Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont												

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
					REF.	ANUL.			
C2.P003.05	11.400	0	0	0	23.774	0	23.774		
07.01.10.01									
A4.P010.04	100	0	0	0	100	0	100		

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

EM EUROS

CLASS. ORÇAMENTAL				ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA			ACUMULADOS			OBS.
PLANO ANUAL		FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.			
					REF.	ANUL.				
18.02 D.D.				-4.913	4.913	0				
02.01.15	Prêmios, Condecorações e Ofertas									
C2.P007	DINAMIZAR PROGRAMA "NATAÇÃO CURRICULAR"			6.115	0	0	0	8.729	0	8.729
C4.P009.01	Olispiadas			10.000	0	0	0	10.000	0	10.000
C4.P009.04	Desenvolvimento Desportivo - Outros			-3.525	0	0	30.000	0	6.139	23.861
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio									
C4.P009.01	Olispiadas			50.000	0	0	0	50.000	0	50.000
C4.P010.05	Complexo Desportivo do Casal Vistoso			2.497	0	0	0	2.497	0	2.497
02.01.21	Outros Bens									
-----				0	2.826	0	0	10.209	0	10.209
C4.P009.01	Olispiadas			5.000	0	0	0	5.000	0	5.000
02.02.03	Conservação de Bens									
-----				0	760	0	0	760	0	760
C4.P010.12	Outras Piscinas Municipais			-10.000	0	0	10.000	0	10.000	0
02.02.10	Transportes									
-----				0	-13	0	0	13	13	0
02.02.13	Deslocações e Estadas									
-----				0	263	0	0	263	0	263
02.02.17	Publicidade									
-----				0	742	0	0	1.046	0	1.046
C4.P009.01	Olispiadas			10.000	0	0	0	10.000	0	10.000
02.02.20.02	Entidades Coletivas									
-----				0	335	0	3.000	2.305	0	5.305
02.02.25.02	Entidades Coletivas									

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
02ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES DE 2015

CLASS. ORÇAMENTAL	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				ACUMULADOS				OBS.
	PLANO ANUAL	FUNC.	ORÇ.	DOT. INICIAL	AJUSTAMENTOS		DOT. CORRIG.		
					REF.	ANUL.			
C4.P009.01 Oslipiadas	-75.000	0	0	250.000	0	75.000	175.000		
07.01.04.01.05 Instalações Desportivas e Recreativas									
A2.P002.30 OP 2013 - Parede Escalada Vale Silêncio	-55.000	0	0	55.000	0	55.000	0		
A2.P002.37 OP 2013 - Campos Basquete de Rua-Fte Ribeir	-35.000	0	0	35.000	0	35.000	0		
07.01.10.01 Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.									
C4.P010.12 Outras Piscinas Municipais	-8.061	0	0	10.000	0	8.061	1.939		
07.01.15.01 Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.									
C4.P010.14 Pista de Atletismo Moniz Pereira	8.061	0	0	100.000	8.061	0	108.061		
08.05.01.01.01 Protocolos de Transf. de Competências									
A2.P002.11 OP 2011 - Campo de Rugby Municipal	200.000	0	0	0	200.000	0	200.000		
08.07.01 Instituições Sem Fins Lucrativos									
A2.P002.11 OP 2011 - Campo de Rugby Municipal	-200.000	0	0	200.000	0	200.000	0		
A2.P002.30 OP 2013 - Parede Escalada Vale Silêncio	55.000	0	0	0	55.000	0	55.000		
A2.P002.37 OP 2013 - Campos Basquete de Rua-Fte Ribeir	35.000	0	0	0	35.000	0	35.000		
TOTAL DA ALTERAÇÃO	1.568.309	-150	1.568.159						

*ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE
INVESTIMENTOS 2015-2018*

02ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2015

SÍNTESE DA ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

OBJECTIVOS/PROGRAMAS		ALTERAÇÕES		DOTAÇÕES CORRIGIDAS					EM EURO
				2015		2016	2017	2018	
		DOT. DEFINIDA	DOT. A DEFINIR	TOTAL	DEF.				
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA									
A1	CIDADE DE BAIRROS	994.828	-667.266	53.796.008	37.341.721	64.152.349	58.648.397	56.538.717	216.681.184
A2	GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA	70.526		6.759.977	4.475.690	9.226.400	5.700.319		19.402.409
A3	CIDADE SEGURA	476.579		15.421.710	14.136.710	17.056.483	12.966.078	9.782.072	53.941.343
A4	SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE	772.751	-667.266	2.097.869	2.097.869	10.400.000	10.450.000	10.428.645	33.376.514
		-325.028		29.516.452	16.631.452	27.469.466	29.532.000	36.328.000	109.960.918
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA									
B1	CIDADE DO TRABALHO E DA CRIAÇÃO EMPREGO			151.548	151.548	416.000	140.000	140.000	847.548
B2	CIDADE DA INOVAÇÃO			120.000	120.000	120.000	120.000	120.000	480.000
B3	CIDADE ABERTA ÀS EMPRESAS			8.500	8.500				8.500
B4	CIDADE DO COMÉRCIO			23.048	23.048	276.000	20.000	20.000	276.000
						20.000	20.000	20.000	83.048
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA									
C1	DIREITO À HABITAÇÃO	430.340	-363.060	36.084.169	32.584.169	41.169.857	39.318.017	28.209.690	141.281.733
C2	DIREITO À EDUCAÇÃO	356.813	-363.060	16.866.663	14.866.663	19.071.541	22.675.000	22.755.000	79.368.204
C3	DIREITOS SOCIAIS	26.407		17.904.817	16.504.817	20.348.316	16.343.017	5.154.690	58.350.840
				1.000	1.000				1.000
C4	DIREITOS À SAÚDE, DESPORTO E BEM-ESTAR			668.355	568.355	1.450.000	100.000	100.000	2.218.355
C5	CIDADE SOLIDÁRIA,INTERGERACIONAL E COES	47.120		643.334	643.334	300.000	200.000	200.000	1.343.334
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL									
D1	CIDADE REABILITADA E REABITADA	-348.738	-1.200	90.403.983	80.300.343	69.734.500	60.514.480	30.060.000	240.609.323
D2	ESPAÇO PÚBLICO AMIGÁVEL	-1.779.141	-1.200	66.166.119	66.166.119	29.370.000	24.340.000	24.340.000	144.216.119
D3	CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS	770.000		17.978.757	8.469.617	22.730.000	21.500.000	5.500.000	58.199.617
D4	CIDADE ECOLÓGICA	750.015		4.999.025	4.554.525	8.064.500	7.769.480	170.000	20.558.505
D5	CIDADE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	-89.612		1.260.082	1.110.082	8.470.000	5.855.000	50.000	15.485.082
						1.100.000	1.050.000		2.150.000
EIXO E - LISBOA GLOBAL									
E1	CIDADE DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE	151.721		10.239.442	10.239.442	8.548.726	8.163.726	3.895.726	30.847.620
		151.721		10.239.442	10.239.442	8.548.726	8.163.726	3.895.726	30.847.620
TOTAL		1.228.151	-1.031.526	190.675.150	160.617.223	184.021.432	166.784.620	118.844.133	630.267.408

EM EUROS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª AL TERÇAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018

CÓDIGO DO PLANO										A	RES	DATAS			CLASS. ORÇ.		2015					ANOS SEQUITES			EM EUROS		
										D	P	INI	FIM	ORG.	ECON.				DOTAÇÃO ATUAL		REF/ANUL	DOTAÇÃO CORRIGIDA		2016	2017	2018	
										I						TOTAL	DEFINIDA	A DEFINIR		TOTAL	DEFINIDA						
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA																											
A1										CIDADE DE BAIRROS																	
A1.P001										PROJETO "UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO"																	
A1.P001.99										Ações em avaliação																	
0										08.00	01-15	12-15	07.00	07.01.04.01.09	784.287	784.287	-11.043	773.244	773.244								
A1.P006										CONSOLIDAR REDE EQUIP DE PROXIMIDADE																	
A1.P006.02										Bibliotecas Municipals																	
9										16.02			16.02	07.01.07.01	33.925	33.925	5.032	38.957	38.957								
														07.01.15.01	1.075	1.075	2.208	3.283	3.283								
A1.P006.03										Parques Infantis e Juvenis																	
0										14.01			14.01	07.01.10.01	17.000	17.000	-17.000	91.329	91.329								
A1.P006.08										Bibliotecas - Penha França																	
9										16.02			16.02	07.01.07.01	836.287	836.287	70.526	906.813	906.813								
TOTAL DO PROGRAMA A1																											
A2										GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA																	
A2.P002										ORÇAMENTO PARTICIPATIVO																	
A2.P002.24										OP 2013 - Lisboa Acessível																	
1										15.01	01-15	12-15	08.01	07.01.04.01.09	500.000	500.000	500.000	500.000									
													15.01	07.01.04.01.09	500.000	500.000	-500.000										
A2.P002.30										OP 2013 - Parede Escalada Vale Silêncio																	
1										18.02	06-15	12-15	18.02	07.01.04.01.05	55.000	55.000	-55.000	50.000	50.000								
A2.P002.37										OP 2013 - Campos Basquete de Rua-Fte Ribeir																	
1										18.02	06-15	12-15	18.02	07.01.04.01.05	35.000	35.000	-35.000	37.500	37.500								
A2.P002.39										OP 2014 - Mobilidade p/ Td. em Benfica																	
0										15.00			08.01	07.01.04.01.09			200.000	200.000									
A2.P002.43										OP 2014 - Reab.R.Ed Malta-Instal.Mob Urbano																	
0										02.00	06-15	12-15	02.00	07.01.04.01.09	60.000	60.000	-60.000	90.000	90.000								
A2.P005										MODERNIZAR ADMINIST/TECNOLOGICAMENTE/CML																	
A2.P005.01										Gestão Global Parque Informático CML																	
9										06.00			06.00	07.01.07.01	593.656	593.656	4.586	598.242	598.242								
A2.P005.06										Modernização SI Corporativos da CML																	
9										06.00			06.00	07.01.07.01	120.000	120.000	89.790	209.790	209.790								

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018

CÓDIGO DO PLANO					A D I	RES P	DATAS		CLASS. ORÇ.		2015				ANOS SEQUENTES							
							INI		FIM		ORG.		ECON.		DOTAÇÃO ATUAL		REF/ANUL	DOTAÇÃO CORRIGIDA		2016	2017	2018
A2.P008	INSTALAÇÃO E EQUIP. SERVIÇOS MUNICIPAIS																					
A2.P008.01	9	99.00	08.04	07.01.03.01.06						239.039	239.039	126.984	366.023	366.023	100.000	100.000	100.000					
				07.01.10.01								31.235	31.235	31.235								
			09.01	07.01.10.01								33.210	33.210	33.210								
A2.P008.02	2	08.03	07-15	08.03	07.01.03.01.06					1.760.925	1.760.925	152.587	1.913.512	1.913.512	547.413							
A2.P008.03	9	99.00	03.01	07.01.09.01								600	600	600								
			03.03	07.01.09.01						20.000	20.000	7.000	27.000	27.000	10.000	10.000	10.000					
			05.02	07.01.10.01								2.000	2.000	2.000								
			05.03	07.01.10.01								300	300	300			300					
			07.02	07.01.10.01								250	250	250			250					
			07.05	07.01.10.01								337	337	337			337					
A2.P008.05	9	05.03	10.00	07.01.03.01.06						120.000	120.000	-20.000	100.000	100.000	10.000	10.000	10.000					
A2.P008.07	9	05.03	05.03	07.01.03.01.06						14.318	14.318	-2.300	12.018	12.018	10.000	10.000	10.000					
TOTAL DO PROGRAMA A2										3.517.938	3.517.938	476.579	3.994.517	3.994.517	1.454.913	730.000	730.000					
A3	CIDADE SEGURA																					
A3.P004	REEQUIPAR E MODERN.PROT.CIVILRSB																					
A3.P004.02	9	10.00	10.00	07.01.10.01						848.000	180.734	667.266	848.000	848.000	150.000	200.000	200.000					
A3.P004.03	9	10.00	10.00	07.01.10.01						479	479	85.485	85.964	85.964								
A3.P004.07	9	10.00	10.00	07.01.09.01						1.000	1.000	20.000	21.000	21.000								
TOTAL DO PROGRAMA A3										849.479	182.213	667.266	954.964	954.964	150.000	200.000	200.000					
A4	SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE																					

202ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018

N.º 1097

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018

CÓDIGO DO PLANO										A D I	DATAS		CLASS. ORÇ.		2015				ANOS SEQUENTES						
										RES P	INI	FIM	ORG.	ECON.	DOTAÇÃO ATUAL		REF/ANUL	DOTAÇÃO CORRIGIDA		2016	2017	2018			
															TOTAL	DEFINIDA	A DEFINIR	TOTAL	DEFINIDA						
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA																									
C1		DIREITO À HABITAÇÃO																							
C1.P003		REABILITAR PATRIMÓNIO HABITACIONAL-PIPARU										4	08.02	07-15	12-15	08.02	07.01.02.01.02	8.629.230	8.629.230	-653	8.628.577	8.628.577	1.300.000		
C1.P005		REQUALIFICAR PATRIMÓNIO HABITACIONAL MUNIC.																							
C1.P005.01		Torres do Alto da Elra										1	13.01	10-15	12-15	13.01	07.01.10.01	10.000	10.000	7.590	17.590	17.590	5.000		
C1.P005.05		Reparações / Benef. Património Municipal										9	08.02		07.02	07.01.02.01.02	5.000	5.000	17.542	22.542	22.542				
															13.01	07.01.02.01.02	210.292	210.292	55.000	265.292	265.292	100.000	100.000		
C1.P007		NOVA HABITAÇÃO MUNICIPAL																							
C1.P007.01		Boavista										4	13.01	01-15	06-15	13.01	07.01.04.01.09	607.307	244.247	363.060	102.867	347.114	347.114	100.000	
C1.P007.03		Padre Cruz										4	08.03	01-15	06-15	08.03	07.01.03.01.03	364.885	364.885	174.467	539.352	539.352	100.000		
		TOTAL DO PROGRAMA C1															9.826.714	9.463.654	363.060	356.813	9.820.467	9.820.467	1.605.000	100.000	100.000
C2		DIREITO À EDUCAÇÃO																							
C2.P002		PROGRAMA "ESCOLA NOVA" - PIPARU										3	08.03	07-15	12-15	08.03	07.01.03.01.02	14.915.433	14.915.433	-3.019	14.912.414	14.912.414	4.170.140		
C2.P003		PROGRAMA "ESCOLA NOVA"																							
C2.P003.02		Requalif.do Pq. Escolar - EB1 N.º 120 -Laranj.										P	18.01		18.01	07.01.03.01.02	85.575	85.575	18.026	103.601	103.601	10.000			
C2.P003.05		Mobiliário e Equipamento para as Escolas										9	18.01		18.01	07.01.09.01	12.374	12.374	11.400	23.774	23.774	150.000	150.000	150.000	
		TOTAL DO PROGRAMA C2															15.013.382	15.013.382	26.407	15.039.789	15.039.789	4.330.140	150.000	150.000	
C4		DIREITOS À SAÚDE,DESPORTO E BEM-ESTAR																							
C4.P010		CONSTRUIR E REQUALIF. EQUIP. DESPORTIVOS																							
C4.P010.12		Outras Piscinas Municipais										9	08.04		18.02	07.01.10.01	10.000	10.000	-8.061	1.939	1.939				
C4.P010.14		Pista de Atletismo Montz Pereira										0	18.02	01-15	12-15	18.02	07.01.15.01	100.000	100.000	8.061	108.061	108.061	300.000		

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018

CÓDIGO DO PLANO			A D I	RES P	DATAS		CLASS. ORÇ.		2015					ANOS SEQUENTES			
					INI	FIM	ORG.	ECON.	DOTAÇÃO ATUAL		REF/ANUL	DOTAÇÃO CORRIGIDA		2016	2017	2018	
									TOTAL	DEFINIDA		A DEFINIR	TOTAL				DEFINIDA
C5										110.000	110.000		110.000	110.000	300.000		
TOTAL DO PROGRAMA C4																	
CIDADE SOLIDARIA,INTERGERACIONAL E COESA																	
C5.P009																	
PARTENARIADO PARA A COESÃO SOCIAL																	
C5.P009.12	9	08.02	01-15	12-15	08.02	07.01.03.01.03	100	100		47.120	47.220		47.220	47.220			
Outros Equip. Sociais-Intervenções Diversas																	
TOTAL DO PROGRAMA C5							100	100		47.120	47.220		47.220	47.220			
TOTAL DO OBJETIVO C							24.950.196	24.587.136	363.060	430.340	25.017.476	25.017.476	6.235.140	250.000	250.000		
EM EUROS																	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018

CÓDIGO DO PLANO		A D I	RES P	DATAS		CLASS. ORÇ.		2015					ANOS SEGUINTE				
				INI		FIM		ORG.		ECON.		REF/ANUL			DOTAÇÃO CORRIGIDA		
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL																	
D1	CIDADE REABILITADA E REABITADA																
D1.P002	PLANO GERAL RECONSTRUÇÃO DE ARRUAUMENTOS																
D1.D1.P002.03	Av. Róvisco Pais/ Av. Duque D'Ávila	2	14.01	06-15	12-15	14.01	07.01.04.01.01	1.000.000	1.000.000	-65.724	934.276	934.276	30.000				
D1.P007	PLANEAMENTO, OP. PATRIMONIAIS E CONEXAS																
D1.D1.P007.03	Aquisição de Terrenos e Edifícios	9	04.00		07.02		07.01.01.01	9.081.385	9.081.385	-17.792	9.063.593	9.063.593	5.000.000	5.000.000	5.000.000		
D1.D1.P007.07	Processos Judiciais	9	04.00		04.00		07.01.04.01.01	4.416.468	4.416.468	3.585.000	8.001.468	8.001.468	3.500.000	3.500.000	3.500.000		
D1.D1.P007.08	Regularização de dívidas	9	04.00		04.00		07.01.15.01	35.875.341	35.875.341	-5.281.825	30.593.516	30.593.516					
D1.D1.P007.09	Cartografia Geotécnica	9	07.00		07.00		07.01.07.01	4.200	3.000	1.200	4.200	4.200					
TOTAL DO PROGRAMA D1								50.377.394	50.376.194	1.200	48.597.053	48.597.053	8.530.000	8.500.000	8.500.000		
D2	ESPAÇO PÚBLICO AMIGÁVEL																
D2.P001	REQUALIFICAR A FRENTE RIBEIRINHA																
D2.D2.P001.03	Ribeira das Naus	4	08.00	01-15	12-15	08.00	07.01.04.01.09	6.299.745	262.305	6.037.440	770.000	7.069.745	1.032.305				
TOTAL DO PROGRAMA D2								6.299.745	262.305	6.037.440	770.000	7.069.745	1.032.305				
D3	CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS																
D3.P001	PEDONAL																
D3.D3.P001.06	Ligação Pedonal Pátio B / Terraços Camo	4	08.03	08-15	12-15	08.03	07.01.04.01.09	1.817.643	1.817.643	446.270	2.263.913	2.263.913	100.000				
					08.04		07.01.04.01.09			38.745	38.745	38.745					
D3.D3.P001.20	Ponte Ciclopedonal Sbt. Condestável	0	14.01		14.01		07.01.04.01.09			265.000	265.000	265.000	150.000				
TOTAL DO PROGRAMA D3								1.817.643	1.817.643	750.015	2.567.658	2.567.658	250.000				
D4	CIDADE ECOLÓGICA																

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018

CÓDIGO DO PLANO			A D I	RES P	DATAS		CLASS. ORÇ.		2015					ANOS SEGUINTES			
					INI	FIM	ORG.	ECON.	DOTAÇÃO ATUAL		REF/ANUL	DOTAÇÃO CORRIGIDA		2016	2017	2018	
									TOTAL	DEFINIDA		A DEFINIR	TOTAL				DEFINIDA
D4.P001	CORREDORES VERDES	1	14.01	01-15	12-15	14.01	07.01.04.01.04	34.423	34.423	640	35.063	35.063					
D4.P001.09	Chelas																
D4.P002	ESTRUTURA VERDE DE PROXIMIDADE																
D4.P002.12	Jardim das Damas	1	14.01	01-15	12-15	14.01	07.01.04.01.04	268.000	268.000	-90.252	177.748	177.748	10.000				
								302.423	302.423	-89.612	212.811	212.811	10.000				
TOTAL DO PROGRAMA D4								58.797.205	52.758.565	6.038.640	58.447.267	52.409.827	8.790.000	8.500.000	8.500.000		
TOTAL DO OBJETIVO D																	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

02ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018

CÓDIGO DO PLANO					A D I	RES P	DATAS		CLASS. ORÇ.		2015				ANOS SEQUENTES			EM EUROS	
							INI	FIM	ORG.	ECON.	DOTAÇÃO ATUAL		REF/ANUL	DOTAÇÃO CORRIGIDA		2016	2017	2018	
											TOTAL	DEFINIDA	A DEFINIR		TOTAL	DEFINIDA			
EIXO E - LISBOA GLOBAL																			
E1	CIDADE DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE																		
E1.P002	REESTRUTURAR/DINAMIZAR MUSEUS MUNICIPAIS																		
E1.P002.13	Museu Aljube	0	16.00		07.01.03.01.01	16.00						90.000			90.000				
					07.01.07.01							23.000			23.000				
					07.01.08.01							1.800			1.800				
					07.01.09.01							10.000			10.000				
					07.01.10.01							4.105			4.105				
E1.P002.20	Museu Lisboa - Palácio Pimenta - Atividades	16.00			07.01.10.01	16.00						50.000			50.000				
E1.P003	REABILITAR EQUIPAMENTO CULTURAL - PIPARU	3	08.03	07-15	08.03	07.01.03.01.01					5.963.970	5.963.970	3.019		5.966.989	5.966.989			850.000
E1.P004	REQUALIFICAR EQUIPAMENTOS CULTURAIS																		
E1.P004.01	Museu Lisboa - Núcleo Arqueológico-Casa Bicos	0	16.01	01-15	16.00	07.01.04.01.09					128.186	128.186	-50.000		78.186	78.186			
E1.P004.99	Outros Equipamentos Culturais	9	16.01		16.01	07.01.03.01.01					95.808	95.808	17.484		113.292	113.292		40.000	40.000
E1.P005	REINSTALAR VIDEOTECA E HEMEROTECA LAPA																		
E1.P005.01	Hemeroteca Municipal	9	16.02		16.02	07.01.07.01					2.000	2.000	2.313		4.313	4.313			
	TOTAL DO PROGRAMA E1										6.189.964	6.189.964	151.721		6.341.685	6.341.685		40.000	40.000
	TOTAL DO OBJETIVO E										6.189.964	6.189.964	151.721		6.341.685	6.341.685		40.000	40.000
	TOTAL GERAL										99.408.022	91.839.056	7.568.966	1.228.151	99.604.647	93.067.207		13.145.000	13.145.000

- Deliberação n.º 108/CM/2015 (Proposta n.º 108/2015) -
Subscrita pelo Sr. Presidente:

Aprovar mandar o representante do Município na Assembleia-Geral da EMEL para determinar a cessação de funções do Presidente do Conselho de Administração da EMEL e designar o novo Presidente desse órgão

A EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M., S. A. (doravante EMEL), é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A EMEL tem como objeto social a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, como o controlo do acesso aos bairros históricos e a vigilância de túneis, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, sistemas de mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade.

O desenvolvimento de uma política de mobilidade sustentada assume importância crucial para o futuro das cidades e constitui uma pedra de toque para potenciar o bem-estar, a qualidade de vida dos cidadãos, e o desenvolvimento económico.

Neste quadro colocam-se hoje novos desafios à EMEL, designadamente em matéria de promoção da mobilidade elétrica, de assunção de um conjunto de novos projetos em matéria de mobilidade e transportes, de estacionamento, de incremento da fiscalização na cidade e de cooperação crescente com outras cidades nacionais ou capitais de países de língua portuguesa com quem Lisboa disponha de «acordos de geminação» ou a EMEL Acordos de Cooperação.

A fim de assegurar uma aproximação renovada a estas matérias revela-se conveniente dotar a EMEL de uma nova Presidência no seu Conselho de Administração.

Ora a cessação de funções de membros do Conselho de Administração pode ter lugar a qualquer tempo e compete ao órgão de eleição ou designação (Câmara Municipal), nos termos do artigo 25.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugados com o artigo 26.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27/03 e com o artigo 403.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais.

No que respeita à designação de um novo Presidente, os gestores públicos são escolhidos de entre pessoas com comprovadas idoneidade, mérito profissional, competência e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público, e eleitos nos termos da Lei Comercial, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12.º e no n.º 6 do artigo 13.º, ambos do Estatuto do Gestor Público.

A nota biográfica anexa à presente proposta revela que a individualidade a eleger reúne perfil, capacidade e experiência adequados ao exercício destas funções.

Compete à Assembleia-Geral da EMEL eleger os membros do Conselho de Administração da empresa, competindo-lhe igualmente determinar a sua cessação de funções, conforme decorre dos preceitos supra citados, desde que previamente mandatada para o efeito pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 8.º, n.º 2 dos estatutos da EMEL.

Assim, em face do exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo dos preceitos supra citados, mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia-Geral da EMEL, Vereador Manuel Salgado, para:

- 1 - Votar favoravelmente a cessação de funções do Licenciado António Júlio Alves de Almeida como Presidente do Conselho de Administração da EMEL, por razões de conveniência, nos termos do artigo 26.º do Estatuto do Gestor Público;
- 2 - Votar favoravelmente a eleição do Licenciado Luís Filipe Natal Marques como Presidente no Conselho de Administração da EMEL.

(Aprovada por escrutínio secreto: *Ponto 1* - Aprovado com 16 votos a favor e 1 abstenção; *Ponto 2* - Aprovado com 9 votos a favor, 6 abstenções e 2 votos contra.)

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>).

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt